

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

DULCE PEREIRA DOS SANTOS

**SHOPPING POPULAR NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG:
UMA ANÁLISE DE SUA COMPLEXIDADE SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS DOIS
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

MONTES CLAROS – MG
2007

DULCE PEREIRA DOS SANTOS

**SHOPPING POPULAR NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG:
UMA ANÁLISE DE SUA COMPLEXIDADE SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS DOIS
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Narciso Lessa
Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo

MONTES CLAROS – MG
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

S237s Santos, Dulce Pereira dos.
Shopping popular na cidade de Montes Claros-MG : uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana / Dulce Pereira dos Santos. – 2007.
116 f. : il. col.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2007.
Orientadora: Profa. Dra. Simone Narciso Lessa
Dissertação disponível em CD-ROM.

1. Shopping popular – Montes Claros. 2. Economia informal. 3. Circuitos econômicos. 4. Economia urbana. I. Lessa, Simone Narciso. II. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação de Mestrado intitulada “Shopping Popular na cidade de Montes Claros-MG: uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana” de autoria da mestranda Dulce Pereira dos Santos, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Orientadora (Unimontes)

Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo – Co-Orientador (Unimontes)

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (Unimontes)

Prof. Dr. Clóvis Zimmermann (Unimontes – suplente)

Dedico este trabalho às três pessoas que mais foram
sacrificadas com a minha ausência.
Aos meus queridos filhos, João Artur e Jordana, que deram
um sentido especial a minha existência.
Ao meu marido, Otil Carlos, companheiro, amigo e o grande
incentivador deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço por tudo e por todos.

A minha orientadora, Dr^a Simone Narciso Lessa, pelo apoio, confiança e orientação segura na elaboração desta dissertação.

Ao meu co-orientador, Dr. Carlos Renato Theóphilo, por suas críticas pertinentes e pela ajuda insubstituível, que, com dedicação e profissionalismo, me mostrou como prosseguir e desenvolver o meu tema de pesquisa.

Aos meus queridos pais, Massú e Maria, pela vida, pelos ensinamentos e pelo apoio emocional.

As minhas queridas irmãs: Daria, Edimar, Zilmar, Cláudia e Cleide, cunhados e sobrinhos, sem vocês o meu percurso teria sido muito mais difícil.

A família de meu marido, seus pais Zé Carlos e Doralice, seus irmãos Fabrício e Cláudia (Tia Kau) que sempre me socorre nos momentos difíceis.

Agradeço ao Dr. Clóvis Zimmermann e ao Dr. Herbert Toledo, professores do PPGDS, pelas valiosas sugestões no exame de qualificação.

Ao Dr. Ernani Botelho, pelas idéias, contribuições e disposição em me ajudar sempre que preciso.

Aos professores do PPGDS, em especial a professora Sarah Jane Alves Durães, embora ela não saiba, há um pouco de sua co-orientação neste trabalho.

Ao grande presente que recebi ao entrar no mestrado: a amiga Fátima, pela ajuda constante e companheirismo manifesto em nossas conversas.

A Unimontes, por toda colaboração, em especial a professora Maria Ivete Soares de Almeida, pelo constante incentivo e apoio incondicional.

A professora Anete Marília, que me auxiliou desde o início do desenvolvimento do projeto de pesquisa, dando-me sugestões, opiniões e principalmente material bibliográfico.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Ensino e Coordenadoria de Ensino Superior da Unimontes pelo apoio e incentivo.

A minha amiga Roberta, que toma conta dos meus filhos com tanto carinho, proporcionando-me tranquilidade para dedicar-me ao mestrado e ao trabalho.

A família Vieira Lima, especialmente Marlene e Marli, pelas sugestões e troca de idéias durante a elaboração deste projeto.

Aos entrevistados do Shopping Popular por terem tornado possível a realização deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, especialmente a Érika, que me ajudou a analisar a arquitetura do Shopping Popular.

Aos funcionários do PPGDS, especialmente a Luquinha, pela amizade e cooperação ao longo desses dois anos.

Por tudo isso, obrigada Senhor!

RESUMO

Este trabalho é sobre o Shopping Popular de Montes Claros. Nos últimos anos, o desemprego e a precarização do trabalho se intensificaram no Brasil. O país passou a conviver com um elevado índice de desemprego associado à deterioração das condições e relações trabalhistas e também ao aumento do trabalho temporário e sem renda fixa. Dentre esses trabalhadores informais, os camelôs são, talvez, a presença mais marcante nos centros urbanos. Montes Claros não foge à regra e, a partir da segunda metade da década de 1980, a sua área central foi completamente tomada e quase totalmente destruída por esses trabalhadores camelôs. Em março/2003, o poder público municipal construiu, numa área vizinha à referida praça, um Shopping Popular onde instalou os camelôs, visando retirá-los das ruas e oferecer-lhes espaços próprios e seguros. O objetivo deste trabalho é o de obter um entendimento aprofundado sobre a dinâmica complexa do funcionamento e organização das atividades comerciais praticadas no Shopping Popular de Montes Claros: comércio e trabalho informal, perfil dos lojistas, estrutura do prédio, localização estratégica, produtos comercializados, subsídio do poder público, dentre outras características. A análise se processa à luz do conceito de “Circuitos Econômicos” na perspectiva de Milton Santos: o circuito superior e inferior da economia. Discute-se também o efeito da instalação do Shopping na área central da cidade e na organização espacial dessa área dinâmica do comércio. O trabalho utiliza o estudo de caso como estratégia de pesquisa, com emprego de técnicas de análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observação direta. Os resultados encontrados confirmam a complexidade do Shopping Popular e apontam sugestões para que a formalização aconteça sem desestruturar economicamente esses lojistas.

Palavras-chave: Shopping Popular, Montes Claros, economia informal, Centralidade urbana, Circuito Superior e Circuito Inferior.

ABSTRACT

This work is about the Shopping Popular of Montes Claros. In the recent years, the unemployment and the precarious work relationships got stronger in Brazil. The country started to coexist with a high index of unemployment associated with the deterioration of the conditions and working relations beyond the increase of the temporary work and work without fixed income. Amongst these informal workers, the street peddlers are, perhaps, the most detached presence in the urban centers. In Montes Claros it isn't different, above all from the second half of the decade of 1980, when the central area of the city was completely taken and almost total destroyed by these street peddlers. In March of 2003, the municipal public power constructed the Shopping Popular in a neighboring area to the related square, where the street peddlers were installed, in the direction to remove them of the streets and offering proper spaces to them. The objective of this work is to get an agreement deepened on the complex dynamics of the functioning and organization of the practised commercial activities in the Shopping Popular of Montes Claros: Commerce and informal work, profile of the storekeepers, structure of the building, strategical localization, commercialized products, subsidy of the public power, amongst other characteristics. The analysis processes based on the concept of "Economic Circuits" in the perspective of Milton Santos: superior circuit and inferior circuit of the economy. The effect of the installation of the Shopping in the central area of the city and in the space organization of this dynamic area of the commerce is also argued. The work uses the case study as research strategy, with application of techniques of documentary analysis, half-structuralized interviews and direct comment. The results confirm the complexity of Shopping Popular and point suggestions so that the legalize happens without getting difficulties to the storekeepers.

Key-words: shopping popular, Montes Claros, informal economy, urban centrality, superior circuit and inferior circuit.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empresa do setor informal, por sexo dos proprietários, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – Brasil - 2003	57
Tabela 2 - Dados comparativos da Pesquisa Economia Informal Urbana 1997/2003.....	63
Tabela 3 - Pessoas ocupadas no setor informal, por região e condição na atividade	64
Tabela 4 - Montes Claros – evolução da população urbana – 1960/2000	71
Tabela 5 - Distribuição por sexo dos lojistas integrantes da amostra.....	90
Tabela 6 - Naturalidade dos lojistas integrantes da amostra.....	93
Tabela 7 - Lojistas integrantes da amostra que são filiados a algum órgão de classe ou sindicato	95
Tabela 8 - Lojistas integrantes da amostra que têm intenção de formalizar o negócio	96
Tabela 9 - Lojistas integrantes da amostra que já fizeram empréstimos bancários para financiar o negócio	97
Tabela 10 - Lojistas integrantes da amostra que estão instalados no Shopping Popular desde a inauguração	98
Tabela 11 - Como os lojistas integrantes da amostra fazem para fixar o preço de venda.....	100
Tabela 12 - Tipos de produtos comercializados pelos lojistas integrantes da amostra.....	101
Tabela 13 - Principais dificuldades enfrentadas pelos lojistas entrevistados de acordo com o tipo de mercadoria	102
Tabela 14 - Lojistas integrantes da amostra que mantêm estoque de mercadorias	104
Tabela 15 - Lojistas integrantes da amostra quanto a perspectivas para o futuro ..	105
Tabela 16 - Considera os custos fixos (aluguel, taxas de condomínio) elevados? .	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	22
Quadro 2 - Características do setor formal e informal da economia	40

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Minas Gerais/Norte de Minas. Localização do município de Montes Claros	66
Mapa 2 - Área Central de Montes Claros – MG:	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade segundo o sexo dos lojistas integrantes da amostra	91
Gráfico 2 - Distribuição por sexo e escolaridade dos lojistas integrantes da amostra	92
Gráfico 3 - Renda segundo sexo dos lojistas integrantes da amostra.....	94
Gráfico 4 - Lojistas integrantes da amostra que trabalham sozinhos ou com empregados.....	99
Gráfico 5 - Como os lojistas integrantes da amostra fazem o controle de vendas e estoque.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mercado Municipal de Montes Claros na Praça Dr. Carlos Versiane (hoje Shopping Popular)	73
Figura 2 - A boiada no fundo do Mercado Antigo	74
Figura 3 - Mercado Antigo, 1944	75
Figura 4 - Praça do Cimentão - 1997	75
Figura 5 - Shopping Popular Mário Ribeiro Silveira - 2006 - Montes Claros - MG	76

LISTA DE SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ECINF – Economia Informal Urbana
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PATRA – Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda
PEA – População Economicamente Ativa
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe
PREVMOC – Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros
SPMRS – Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	28
1.1 Circuito Superior da economia	31
1.2 O Circuito Inferior da economia urbana.....	34
1.2.1 O emprego e o comércio no Circuito Inferior segundo Milton Santos	37
1.2.2 Elementos fundamentais do funcionamento do Circuito Inferior	39
1.3 A relação do Circuito Superior e Inferior com os setores formal e informal da economia	40
1.4 Circuito Inferior Central e Circuito Inferior Residencial.....	42
1.5 A organização espacial dos dois circuitos da economia urbana	43
1.6 Circuito Superior Marginal	44
CAPÍTULO 2 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SETOR INFORMAL	46
2.1 Perspectiva OIT/PREALC ou Keynesiana.....	52
2.2 Perspectiva estruturalista	55
2.3 Perspectiva neoliberal	55
2.4 Seguro–Desemprego e informalidade: algumas considerações	58
2.5 A economia informal no Brasil.....	60
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO E O TERRITÓRIO DO COMÉRCIO EM MONTES CLAROS	66
3.1 Montes Claros e sua localização estratégica	66
3.2 A importância da atividade comercial em Montes Claros.....	67
3.3 Processos de exclusão e desigualdade sócio-espaciais.....	68
3.4 O comércio informal em Montes Claros	71
3.5 A centralização e a descentralização das atividades comerciais em Montes Claros	76
CAPÍTULO 4 – O CASO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA	82
4.1 Caracterização geral do Shopping Popular	82
4.2 Leis que regulamentam o funcionamento, administração e gerenciamento do Shopping Popular	84
4.3 Do aluguel das lojas	85
4.4 Produtos comercializados	86
4.5 Análise das entrevistas.....	88
4.5.1 Perfil dos lojistas	89
4.5.2 Atividades comerciais praticadas	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou sérios problemas de crescimento a partir dos primeiros anos da década de 1980. Após uma expansão vertiginosa na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, o país passou a apresentar um grande declínio no seu crescimento em face dos problemas associados à dívida externa e ao esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações¹.

O desemprego e a precarização do trabalho começaram a se intensificar a partir da década de 1990. Assim, o país passou a conviver com um elevado índice de desemprego associado à deterioração das condições e relações trabalhistas e também ao aumento do trabalho temporário e sem renda fixa. Além do problema do aumento da taxa de desemprego, outro problema que vem afligindo o mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos é a piora das condições de emprego, com o crescimento da participação da chamada economia informal.

Após a Segunda Guerra, o país formou sua economia urbana/industrial que gerou empregos capazes de absorver grande parte da população crescente nas cidades. A partir dos anos 80, começaram a deterioração e a incidência de desemprego, devido às transformações estruturais e às oscilações inflacionárias.

Após a década de 1990, com a abertura do mercado nacional pelo Governo Collor (1990 a 1992)² e, posteriormente, com a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, conforme aponta Malaguti (2000), o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho alcançam dimensões nunca vistas. Em 1999, uma pesquisa publicada pela Folha de São Paulo³ indicava que mais de 10 (dez) milhões de brasileiros estavam desempregados.

¹ Segundo Dupas (2001, p. 142), o final dos anos 70 caracterizou-se no Brasil pela última etapa do processo de substituição de importações.

² Collor abre as portas da economia nacional ao exterior, colocando-a em concorrência internacional, sem nenhuma proteção e sem condições suficientes para suportar a competição com a indústria estrangeira.

³ Folha de São Paulo, 28 de fevereiro de 1999.

Nesse contexto, os postos de trabalho foram sendo eliminados e, ao longo dos anos 90, foram extintos cerca de 3,3 milhões (IBGE, 2000) de postos formais de trabalho; 1,8 milhão só no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Paralelamente a esse declínio do emprego formal, observa-se o aumento do mercado informal, isto é, do trabalho não regulamentado por leis que asseguram os direitos dos trabalhadores, inclusive, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o seguro-desemprego.

Nessa mesma direção, Pamplona (2004, p. 317) argumenta que,

No Brasil, a tradicional existência do setor informal esteve associada a uma insuficiente, ainda que dinâmica geração de emprego no setor formal. A existência do setor informal foi também consequência do incremento da população em idade ativa, resultante do crescimento vegetativo e das migrações. Com a acentuada redução do dinamismo econômico do setor formal em termos de geração de empregos na última década, especialmente do desemprego industrial, a informalidade está se tornando uma alternativa duradoura para muitos trabalhadores, sejam eles assalariados desempregados do setor formal, sejam eles trabalhadores que fizeram sua inserção ocupacional no setor informal e daí têm pouca chance de sair.

A manutenção da política econômica do governo anterior (1999 a 2002) pelo atual de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) não possibilitou uma inversão da tendência ao aumento do desemprego no Brasil. Nem mesmo a perspectiva de obtenção de crescente *superávit* comercial tem conseguido reverter a aceleração do desemprego. A promessa da geração de 10 (dez) milhões de empregos, feita na campanha eleitoral de 2002, não teve como ser cumprida nesse primeiro mandato, haja vista o irrisório crescimento da economia que continua incapaz de gerar trabalho para o enorme contingente de desempregados, formado ao longo dos anos.

Mesmo assim, estima-se que o atual governo criou, ao final do primeiro mandato, 6 (seis) vezes mais empregos que o anterior em 8 (oito) anos. Segundo dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - a previsão é que, ao final de 2006, o número de empregos com carteira assinada alcance algo em torno de 4,8 milhões, o que representa cerca de 50% da promessa. Não se quer dizer, com isso, que os empregos criados tenham sido suficientes para atender à demanda de toda a população desempregada.

Quando se inclui o trabalhador informal nas estatísticas, 84% da promessa do Governo Lula será cumprida. De acordo com pesquisa feita pela PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que inclui os empregos informais, a projeção de empregos criados entre 2003 e 2006 está estimada em 8,4 milhões. Segundo Mendonça (2006), o Brasil cresceu 0,5% em 2003, 4,9% em 2004, e 2,3% em 2005 e a previsão para 2006 está em torno de 3,5% e 4%. Esse tímido crescimento dificulta o incremento do emprego formal e contribui para o aumento do trabalho informal.

Sobre esse mesmo tema, Dupas (2001, p. 138) afirma a existência de uma “[...] correlação entre crescimento econômico e geração de empregos e a confirmação por pesquisas efetuadas que o único caminho garantido para minorar o aumento do desemprego ainda é o crescimento econômico.”

A reestruturação produtiva capitalista também é um fenômeno que traz sérias implicações para o mundo do trabalho. A inserção de novas tecnologias nos processos produtivos aumenta a produtividade, mas diminui a força de trabalho envolvida no processo. Sobre o assunto Gonçalves e Júnior colocam que:

Assim, grande parte dos trabalhadores, sobretudo os operários, são dispensados sem permitir-lhes que sejam posteriormente reaproveitados enquanto força de trabalho útil, já que na maioria das vezes as funções anteriormente desempenhadas são extintas, sem a recriação de vagas em outras atividades/setores na mesma proporção (GONÇALVES; JÚNIOR, 2002, p. 9).

Dessa forma, a maioria dos desempregados encontra refúgio no setor informal. Dentre esses trabalhadores informais, os camelôs são, talvez, as presenças mais marcantes nos centros urbanos, e o comércio por eles praticado se constitui em uma dessas atividades que mais proliferou nas cidades de grande e médio porte, em praças públicas e calçadas próximas aos centros comerciais das cidades⁴.

Martins e Dombrowski (2000) caracterizam os camelôs como trabalhadores que exercem sua atividade em bancas ou barracas instaladas em diversos pontos da

⁴ Segundo Gonçalves e Júnior (2002), os camelôs escolhem esses lugares em razão do grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, sendo alvo de disputa entre os próprios trabalhadores, ou seja, destes com os comerciantes legalmente estabelecidos e, não raras vezes, entre os trabalhadores e o poder público.

cidade, sobretudo nos locais de grande trânsito de pessoas, como estações de metrô ou trens (ou suas áreas vizinhas), terminais rodoviários ou regiões centrais da cidade por onde passa, diariamente, um grande contingente de pessoas.

Montes Claros, município norte-mineiro, não foge à regra e, a partir da segunda metade da década de 1980, a sua área central foi completamente tomada pelos camelôs que, em inúmeras barracas localizadas na sua praça central, a Praça Doutor Carlos, comercializavam os mais diversos produtos, como CDs, DVDs, relógios, brinquedos eletrônicos, aparelhos eletrônicos, dentre outras mercadorias que, muitas vezes, eram pirateadas ou entravam ilegalmente no país.

Na verdade, a Praça Doutor Carlos, no centro da cidade, foi quase totalmente destruída por esses trabalhadores. A desfiguração desse espaço público, que é considerado uma área comercial de grande relevância, levou a uma interferência do poder público municipal que, no mês de março de 2003, se utilizando de recursos oriundos de uma dívida que a administração municipal tinha com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC⁵ - construiu, numa área vizinha à referida praça, um Shopping Popular onde os camelôs foram instalados.

Os Shoppings Populares são espaços destinados às atividades comerciais de camelôs e ambulantes. Esse espaço é provido de uma infra-estrutura mínima necessária para o funcionamento dessas atividades, como água, luz, telefone, instalações sanitárias, etc., ou seja, um conforto que eles não encontravam quando trabalhavam nas ruas ou praças. Geralmente o espaço interno é dividido em pequenos boxes para que vários comerciantes trabalhem conjuntamente, um ao lado do outro. Segundo Pamplona (2004), as experiências iniciais de implantação de Shoppings Populares no Brasil sempre estiveram relacionadas a parcerias com o poder público municipal, no sentido de retirar esses comerciantes das ruas, oferecendo-lhes espaços próprios e seguros.

⁵ Essa dívida da prefeitura para com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos, refere-se à obrigação patronal recolhida no contracheque dos servidores e que não foram repassadas para a PREVMOC. Assim, o poder público municipal dá o terreno onde está construído o Shopping Popular, para pagamento de parte da dívida.

Em Montes Claros esse espaço recebe o nome de Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira e, no tocante à parte física, apresenta uma estrutura arrojada, com modelo que favorece o trânsito dos consumidores, dotado de quatro andares, duzentas e sessenta e sete lojas, elevador panorâmico e rampas de acesso. Sua arquitetura possui um toque especial que contribui para que o espaço do comércio ali instalado atraia os consumidores. O Shopping Popular dispõe ainda de uma área de estacionamento explorada comercialmente pelo proprietário do imóvel, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros.

Assim, o novo espaço abriga comerciantes / camelôs que passaram a trabalhar numa área central da cidade provida de toda infra-estrutura necessária, apesar do caráter informal de sua organização. Espaço comercial, o Shopping Popular de Montes Claros já passou a ser também um local de divulgação de eventos culturais, além de atrair a visita de turistas.

O presente estudo tem como motivação o desejo de obter um entendimento mais aprofundado sobre a dinâmica complexa do funcionamento e organização das atividades comerciais praticadas no Shopping Popular: comércio e trabalho informal, perfil dos lojistas, estrutura do prédio, localização estratégica, produtos comercializados, subsídios do poder público, dentre outras características.

A centralização e a descentralização das atividades comerciais em Montes Claros também é um outro assunto abordado neste estudo com o objetivo de verificar a relação existente entre centralidade urbana e informalidade materializada no objeto de estudo: o Shopping Popular.

Esses interesses de pesquisa conduzem à oportunidade de um estudo analítico do Shopping Popular à luz da teoria do geógrafo Milton Santos que trata dos dois circuitos da economia urbana em cidades de países subdesenvolvidos, na qual Montes Claros se enquadra perfeitamente. Segundo Santos (1979), os dois circuitos econômicos são responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pela organização do espaço, que pode ser em nível regional e na escala do lugar. A definição de cada circuito está relacionada ao conjunto de atividades realizadas em certo espaço, levando-se em conta o setor da população que a ele necessariamente se liga pela atividade e pelo consumo. Esses circuitos recebem o nome de Circuito

Superior e Circuito Inferior da economia urbana, apresentam características próprias e são facilmente observáveis nas cidades brasileiras.

Toda a complexidade do Shopping Popular, juntamente com um exame detalhado dessas atividades econômicas nele praticadas e a relação com a teoria dos dois circuitos, pode expandir o conhecimento sobre o comportamento dessa organização, com o intuito de dar uma contribuição prática para a atuação do poder público, de instituições financeiras e até mesmo de programa de crédito popular.

Em uma obra publicada anteriormente, Santos (1978) denominava o Circuito Superior e Inferior de moderno e tradicional respectivamente, mas posteriormente ele passa a chamá-los apenas de Superior e Inferior, pois para ele as expressões moderno e tradicional já estão muito carregadas de significados. Sobre esse assunto, ele coloca que

Renunciamos a essas designações por diversas razões, na realidade, a discussão que se estabeleceu aqui e acolá, para se distinguir o que se deve chamar de moderno ou tradicional, ainda está longe de chegar a uma conclusão. Manter essas designações seria ainda uma fonte de ambigüidade. Além do mais, nem sempre é possível datar corretamente as atividades do Circuito Superior, já que o que as define não é exatamente a sua idade, comparada à das atividades semelhantes dos países desenvolvidos, mas sua forma de organização e comportamento (SANTOS, 1979, p. 39).

Essa discussão também pode ser estendida para as expressões Superior e Inferior. Neste estudo não foram utilizados esses termos baseando-se numa noção de oposição entre o moderno e o tradicional, no sentido de que o Circuito Superior é bom, moderno, e que o Circuito Inferior é ruim, atrasado. Essa idéia de dualismo entre os dois circuitos deve ser refutada.

Para Santos (1979), esse dualismo não existe porque eles têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados, para ele o que existe é uma aparente interdependência entre os circuitos, ou seja, o Circuito Inferior é dependente do Circuito Superior. Assim, as atividades informais são consequência direta dessa posição hegemônica do Circuito Superior.

Algumas das principais diferenças entre as atividades dos circuitos Superior e Inferior encontram-se nas formas de organização, na tecnologia, no capital e principalmente no emprego, conforme aponta o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade/qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Freqüente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

FONTE: SANTOS, 1979, p. 44

Na concepção de Santos (1979), o Circuito Superior caracteriza-se pela utilização de uma tecnologia importada e de alto nível, dispõe de crédito bancário, capitais volumosos, os preços das mercadorias em geral são fixos, nunca abaixo dos preços públicos do mercado. Nesse circuito também há um acúmulo de capitais e custos fixos importantes, além de receber importante ajuda governamental direta ou indiretamente. Dessa forma, há uma rapidez das relações pela máxima efetividade das tarefas e pela presença das operações de grande vulto.

No Circuito Inferior, em resposta à demanda também marginal da população pobre, aparecem atividades menos capitalizadas e baseadas em produções locais e tradicionais. Nesse circuito, as trocas são também intensas, mas a lógica é menos precisa e mais pessoal. O trabalho é intensivo, utilizam capitais reduzidos, o crédito no circuito inferior não é bancário, mas, sim, um crédito pessoal direto, os preços dos produtos no circuito inferior são passíveis de serem negociados, os custos fixos são insignificantes e a ajuda governamental praticamente não existe.

O trabalho apresentado propõe, portanto, pesquisar o funcionamento e a organização do Shopping Popular de Montes Claros sob a ótica dos dois Circuitos da Economia urbana, tendo como referência essa aparente interdependência existente entre os dois circuitos. À primeira vista, quando se estudam e analisam as atividades comerciais informais, consideram-se de imediato que estas fazem parte do Circuito Inferior. Acontece, porém, que no caso do Shopping Popular alguns aspectos como produtos comercializados, localização geográfica, estrutura do prédio, perfil dos lojistas, preços, crédito, margem de lucro, estoque, chamam a atenção e merecem uma análise mais aprofundada.

Diante dessas considerações, o presente estudo se pauta na busca de resposta para a seguinte questão de pesquisa:

Quais as características de estruturação e organização espacial e econômica do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, da cidade de Montes Claros – MG, à luz da Teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana – Circuito Superior e o Circuito Inferior – conforme concebidos pelo geógrafo Milton Santos?

Dado esse contexto, a pesquisa tem como objetivos principais analisar a inserção do Shopping Popular como um fator de territorialização dos circuitos da economia urbana: Circuito Superior e Circuito Inferior na área central de Montes Claros e investigar as atividades econômicas informais lá praticadas relacionadas com a questão da centralidade urbana.

A escolha do tema tornou-se instigante a partir da idéia de se buscar a relação entre a teoria dos dois circuitos da economia urbana e a questão da complexidade que

envolve o Shopping Popular, como a informalidade do comércio e do trabalho e, até mesmo, a questão da inclusão social dos camelôs.

Para abordar essas questões, o estudo abrange uma análise teórica e dados empíricos que o instruíram. Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa empírica incluída nesta dissertação é de natureza qualitativa, mas é também tratada com indicadores quantitativos, de acordo com a conveniência. O tipo de pesquisa adotado neste trabalho é de caráter exploratório/descritivo que, segundo Gil (1988, p. 45), tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e aprimorar idéias.

Em relação às pesquisas descritivas, esse mesmo autor revela que elas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse tipo de pesquisa estão incluídos aqueles grupos cujo objetivo é levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Os procedimentos metodológicos conduzem aos chamados “Estudos de Caso”. Triviños (1987) define o estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Segundo o autor, existem três tipos de estudos de caso, a saber: estudos de casos histórico-organizacionais; estudos de casos observacionais; estudo de caso denominado história de Vida.

O presente trabalho segue a linha do estudo de caso histórico-organizacional, no qual, segundo Triviños (1987), o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, devendo ele, portanto, partir do que já é conhecido sobre seu objeto de estudo, no que também se incluem arquivos e respectivos registros de documentos, publicações, estudos pessoais, entre outros.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma pesquisa empírica por meio da qual, dentre outros aspectos, o pesquisador investiga um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto real. O estudo de caso deve, pois, ser aplicado para descrever um contexto de vida real em que ocorreu uma intervenção e deve,

principalmente, explorar as situações nas quais a intervenção não apresenta clareza, considerado o conjunto de resultados obtidos.

A unidade de análise desta pesquisa é o Shopping Popular de Montes Claros, constituído por 267 lojas. As entrevistas foram dirigidas aos lojistas selecionados pela amostra, constituídos por 50 (cinquenta) comerciantes, sendo que 36 (trinta e seis) desses lojistas estão instalados no Shopping Popular desde a sua inauguração em março de 2003, número que corresponde a 72% do total dos entrevistados. Os outros 14 (quatorze) iniciaram suas atividades nos anos posteriores à inauguração.

Optou-se por adotar uma amostragem aleatória sistemática dos lojistas a serem entrevistados. De acordo com Gil (1988), para efetuar a escolha desse tipo de amostra, é preciso proceder à escolha de um ponto de partida aleatório entre 1 e o inteiro mais próximo à razão da amostragem (o número de elementos da população dividido pelo número de elementos da amostra – N/n). Em seguida, são selecionados itens em intervalos de amplitude N/n .

Inicialmente foi feita a pesquisa bibliográfica com identificação de fontes capazes de fornecer respostas ao problema. Foram buscados e examinados livros, periódicos, teses, dissertações e mecanismos de busca na *Internet*. Foi feita também a avaliação de alguns trabalhos já desenvolvidos na área, que analisam os fatos do ponto de vista empírico.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os lojistas/camelôs, selecionados pela amostra, com a finalidade de confrontar as características das atividades comerciais deles com as características dos dois circuitos da economia: circuito Inferior e circuito Superior. Os depoimentos que foram obtidos por meio das entrevistas também tiveram como objetivo coletar o máximo de informações sobre os pesquisados, na tentativa de verificar em que medida a instalação no Shopping Popular proporcionou-lhes melhoria nas condições de trabalho e renda.

Além das entrevistas, foram utilizadas várias fontes de evidências, como documentos, registros em arquivos, jornais internos, jornais locais e a técnica de observação direta.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. Na primeira parte, encontram-se a introdução, a justificativa, os objetivos, a problematização e os aspectos metodológicos.

No capítulo I, discutem-se os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: o Circuito Superior e o Circuito Inferior, assim como a relação destes com os setores formal e informal da economia. Para isso, adota-se como suporte teórico o livro *O Espaço Dividido* (1979), do geógrafo Milton Santos.

O segundo capítulo trata, de forma sintética, da informalidade da economia e do trabalho. São discutidos os principais conceitos e as principais abordagens sobre o setor informal na América Latina e no Brasil, pois seria nesse setor que os comerciantes/camelôs do Shopping Popular de Montes Claros estariam inseridos, a princípio. É apresentada também uma síntese sobre o trabalho informal no espaço urbano brasileiro e levantadas considerações referentes aos trabalhadores envolvidos nesse setor, tais como: nível de instrução, gênero, tipo de atividades, faixa etária, motivos que os levaram a iniciar o negócio, principais dificuldades enfrentadas e quais os planos para o futuro do negócio, segundo a pesquisa *Economia Informal Urbana (ECINF)* do IBGE.

No terceiro capítulo, a intenção é caracterizar e contextualizar Montes Claros, área de estudo, cidade média localizada na região Norte do Estado de Minas Gerais, que apresenta uma área total de 3.582 Km², dos quais 97 Km² estão na área urbana, o que representa apenas 2,71% do território, onde estão concentrados 94% da população total: 342.586 habitantes⁶. Observando o crescimento de Montes Claros, percebe-se que sua área central foi sempre marcada pela presença de atividades comerciais e de serviços, que a caracterizam como importante circuito comercial, mesmo depois de iniciado um processo de descentralização dessas atividades.

O quarto capítulo compreende características gerais do Shopping Popular, desde a arquitetura até as mercadorias comercializadas. Este capítulo inclui um levantamento histórico sobre aquele espaço, que sempre foi comercial (mercado, estacionamento), e também um histórico sobre a praça vizinha ao Shopping, a praça Doutor Carlos Versiane que, construída no início do século XX, foi ocupada por

⁶ IBGE –Dados de 2005 – População estimada em 01/07/2005.

camelôs na década de 90 e, então, transformada em verdadeiro mercado com barracas de lona e papelão, o que degradou o bom aspecto daquele espaço, sempre considerado um dos cartões postais da cidade. Com a construção do Shopping Popular, os camelôs foram transferidos e a praça, reformada. Nesse capítulo, demonstra-se também a relação existente entre os Circuitos da Economia Urbana e o funcionamento do Shopping Popular.

As considerações finais são encontradas na última parte da dissertação, que também traz as conclusões gerais possibilitadas pelo estudo.

CAPÍTULO 1 – OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Propõe-se, aqui, discutir os conceitos de Circuito Superior e Circuito Inferior da economia urbana e a relação desses com a informalidade. Inicialmente, buscou-se a caracterização dos dois circuitos da economia urbana em suas diversas dimensões, para posteriormente estabelecer relações destes com as atividades econômicas exercidas no Shopping Popular.

Esse espaço dividido das cidades dos países subdesenvolvidos foi muito bem analisado por Santos (1979), tornando-se um pioneiro sobre o assunto ao elaborar a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Apesar de essa obra ter sido publicada em 1979, sua análise ainda retrata a atualidade dos fenômenos. A desigualdade social foi uma das questões abordadas quando ele fez a sua pesquisa nos países subdesenvolvidos e notou enormes diferenças de renda na sociedade, fato que contribui para que o acesso aos bens de consumo ou a possibilidade de se consumir nesses países sofram variações em grandes proporções, impedindo a expansão do emprego. Essa especificidade socioeconômica do espaço e a disparidade de renda, de acordo com Santos (1979), indicam uma grande desigualdade econômica e social que propiciou o surgimento nas cidades dos dois circuitos da economia urbana. Ele afirma que:

A existência de uma massa de pessoas com baixos salários ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com renda muito elevada, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 1979, p.335).

Santos (1979) relaciona a formação dos dois circuitos da economia urbana com a modernização tecnológica, ou modernizações, pois esse termo no plural facilitará o entendimento sobre o impacto que causa na organização ou reorganização do espaço e da economia nos países subdesenvolvidos nas mais diversas temporalidades, ou seja, falar de modernizações é o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço.

Nesse contexto, de acordo com Santos (1979, p.31), “[...] modernização é a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente”. Ele enumera três períodos históricos, ou “três modernizações”:

- Primeira modernização, também chamada de modernização comercial, é o período que precede a Revolução Industrial, efetua-se um saque sistemático das riquezas dos países colonizados em benefício dos colonizadores. As cidades eram essencialmente administrativas e comerciais, os setores de emprego eram limitados e os consumidores escassos, o que dificultava a produção local de certos bens.
- Segunda modernização, também chamada de modernização industrial, é a época que esclarece melhor o quanto as mudanças do desenvolvimento moderno dos países subdesenvolvidos estão diretamente ligadas às necessidades dos países industriais.
- Terceira modernização, também chamada de modernização tecnológica, é o período que sucede a Segunda Guerra Mundial; é marcado pela revolução do consumo e pelo papel da guerra na industrialização de numerosos países subdesenvolvidos. Em relação a essa terceira modernização, Santos (1979) comenta que o peso da tecnologia é esmagador.

Para Corrêa (2001, p.72), os circuitos surgem das modernizações, assim “[...] o Circuito Superior é diretamente resultante da modernização tecnológica, enquanto o Circuito Inferior deriva indiretamente da citada modernização dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o processo.”

A existência dos dois circuitos da economia urbana aparece como um novo modelo da geografia urbana nos países subdesenvolvidos, pois, segundo Santos (1979), além de serem responsáveis pelo processo econômico, também são responsáveis pela organização do espaço. Essa organização em função de interesses externos é o que vai contribuir para que ele, o espaço, apresente as seguintes características:

- Descontínuo: as forças da modernização são muito seletivas, ou seja, elas escolhem o melhor lugar para se instalarem;

- Desigual: marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade;
- Multipolarizado: é submetido e pressionado por múltiplas influências originadas de diferentes níveis de decisão.

Gonçalves (2000, p.19) confirma essas características quando diz que:

As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle da força de trabalho e do processo produtivo não se esparramam pela economia capitalista mundial atingindo a todas as economias e territórios igualmente. Longe disto, transformam e influem de maneira diferenciada a cada economia, a cada país, de maneira a otimizar a combinação entre as novas regras e condições impostas para a participação no mercado mundial regido pelo capital, com a especificidade da estrutura social, econômica e territorial de cada país, sendo esta a combinação a ser buscada e mantida pelas economias dos países mais pobres para uma lucrativa participação na concorrência mundial.

Com relação ao espaço multipolarizado da cidade, Corrêa (1995) ressalta que o espaço da cidade capitalista é fragmentado e articulado, uma vez que ele compreende uma variedade de formas de uso da terra interligadas entre si, as quais:

Definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão (CORRÊA, 1995, p.7).

Devido à desigualdade de oportunidades de acesso a níveis de vida mais adequados, o espaço urbano, ou seja, o espaço dividido da economia da cidade resulta em espaços de consumos diferenciados e essas diferenças ampliam-se à medida que se aprofundam as desigualdades sócio-territoriais.

Assim, cada cidade terá duas zonas de influência, uma comandada pelo Circuito Superior e outra pelo Circuito Inferior da economia. Importante ressaltar que não há uma rigidez nessa definição, principalmente quando se refere aos consumidores. Esses transitam nos dois circuitos eventual ou parcialmente, dependendo da acessibilidade oferecida a eles. Segundo Corrêa (2001, p.75):

Os dois circuitos da economia são facilmente revelados através da paisagem das grandes cidades do terceiro mundo: modernos shoppings centers que, muitas vezes, não estão distantes de um conjunto de birosacas,

ruas onde convivem lojas departamentais, pertencentes às grandes organizações capitalistas, ou lojas especializadas em artigos de luxo e vendedores ambulantes com sucedâneos mais baratos dos artigos vendidos nas lojas.

O Circuito Inferior é composto pelo comércio de pequena dimensão, não só o comércio, mas também a pequena produção manufatureira. Caracteriza-se por seus componentes trabalharem com um capital muito pequeno, o que os torna altamente dependentes do dinheiro líquido. Em termos de comparação, observa-se que, enquanto no Circuito Inferior o trabalho é o fator mais destacado, no Circuito Superior é o capital que prevalece. Dessa forma, a inserção no mercado de trabalho do Circuito Inferior é mais fácil, já que é necessário mais trabalho que capital.

1.1 Circuito Superior da economia

Segundo Santos (1979), o Circuito Superior envolve principalmente as atividades decorrentes do progresso tecnológico e todos os setores e pessoas que se beneficiam dele. Por isso, esse circuito também é denominado de Circuito Moderno. Nele estão incluídos os bancos, o comércio, a indústria de exportação e indústria urbana moderna.

Santos (1979) enfatiza que três atividades caracterizam o Circuito Superior. Ele denomina de *atividades puras* o comércio e os serviços modernos da indústria e recebem essa denominação de “puras” por serem ao mesmo tempo atividades específicas das cidades e do Circuito Superior; *as atividades impuras* são a indústria de exportação e o comércio de exportação, sendo considerados impuros por estarem instalados na cidade, mas o seu interesse maior ser negociado fora da cidade; e nas *atividades mistas*, como o próprio nome já indica, há a duplicidade, ou seja, são atividades que têm dupla ligação com os dois circuitos, como os atacadistas e os transportadores.

Os atacadistas e transportadores estão ligados ao mesmo tempo aos dois circuitos da economia, atendem tanto ao comércio, indústria não-moderna, como também ao

comércio moderno e à indústria moderna. Segundo Santos (1979), o atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega freqüentemente no nível do feirante ou do simples vendedor ambulante. Dessa forma, o atacadista contribui para que os produtos do Circuito Superior cheguem aos níveis inferiores das atividades comerciais e conseqüentemente dos consumidores.

O comércio no Circuito Superior caracteriza-se por extrapolar as fronteiras locais, ele apresenta-se em um Circuito extra-regional. Os Shoppings Centers, as grandes cadeias de lojas especializadas, os supermercados, os hipermercados são exemplos de comércio moderno do Circuito Superior que abrangem um número significativo de consumidores. Esses consumidores, na maioria das vezes, necessitam recorrer ao crédito bancário para efetuar suas compras, ou seja, esse comércio é assistido pelas formas burocráticas de crédito.

O Banco no Circuito Superior cobre as atividades comerciais e, geralmente, está ligado a instituições de créditos, sediadas no país ou no exterior. Assim, percebe-se que essas atividades do Circuito Superior são comandadas por um aparelho bancário, cujos lucros são significativos.

De acordo com Santos (1979, p. 86), “[...] os supermercados e as grandes lojas são fortemente sustentados pelas estruturas bancárias, ou então eles mesmos controlam os bancos.” Nesse tipo de comércio normalmente sua existência está ligada a uma demanda mais numerosa e diversificada; o cartão de crédito é uma das formas mais convencionais de pagamento; as relações são impessoais; a procedência dos produtos é bem mais exterior à cidade e região.

O comércio no Circuito Superior caracteriza-se por extrapolar as fronteiras locais, ele apresenta-se em um Circuito extra-regional. Sobre esse assunto, Santos coloca que:

Ora, um crescimento harmonioso do circuito superior só pode ocorrer a partir do momento em que sua política for elaborada no âmbito da cidade e do país. É a partir do momento em que eles se articulam que os laços de dependência locais se criam e tendem a se fortalecer (SANTOS, 1979, p.123).

Entretanto, isso hoje é muito difícil de acontecer. A própria internacionalização da economia leva os países a seguirem o modelo ditado pelo exterior, assim, Santos (1979) afirma que o Circuito Superior é imitativo. Além de imitativo, o Circuito

Superior possui várias características. São relacionadas, abaixo, algumas que, segundo Santos (1979), facilitam a compreensão sobre o funcionamento desse circuito.

- Mercadorias: no Circuito Superior, a quantidade de mercadoria produzida e comercializada é enorme. Essas quantidades reduzem, somente no caso de lojas especializadas, onde os preços são elevados, devido à qualidade do produto, à moda e ao tipo de clientela;
- Empregos na indústria: o emprego oferecido no Circuito Superior é resultado da combinação das seguintes variáveis: capital e tecnologia, ou seja, os capitais são volumosos em relação com a tecnologia utilizada, empregam poucas pessoas quando comparados com o valor e o volume da produção, e existe uma tendência da diminuição do emprego na indústria;
- Empregos/serviços: enquanto na indústria há uma tendência da diminuição do emprego, nos serviços existe um aumento significativo dos empregos, tanto empregos proporcionados pelo governo (serviços públicos), como também serviços relacionados diretamente à atividade econômica (serviços privados). Esse último localiza-se em sua maioria nas grandes cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país. A relação de trabalho predominante no Circuito Superior é o assalariado;
- Preços das mercadorias: os preços no Circuito Superior geralmente são fixos e planejados com uma margem de lucro contabilizável por um prazo maior, mas nunca estão abaixo do preço de mercado;
- Lucros: os lucros no Circuito Superior contribuem para acumular capitais que são necessários para dar continuidade às atividades e também para acompanhar as inovações tecnológicas. São reduzidos por unidade produzida e elevados no que corresponde ao volume da produção;
- Publicidade: a publicidade é um dos meios utilizados pelo Circuito Superior para influenciar os gostos dos consumidores e mudar o perfil da demanda;
- Custos fixos: os custos fixos das atividades produtivas do Circuito Superior são importantes e aumentam de acordo com o porte, o lugar e o ramo de fabricação;
- Consumo: o consumo no Circuito Superior é seletivo porque está diretamente relacionado ao poder de compra das pessoas;

- Ajuda Governamental: as atividades do Circuito Superior recebem apoio total do Estado, através de financiamentos, da construção de infra-estruturas caras, legislações fiscais discriminatórias, subsídios à produção, dentre outras.

Percebe-se, pela análise do autor, que as atividades do Circuito Superior controlam a economia da cidade ou do país onde está inserido, seja diretamente, seja por intermédio do Estado, cria as oportunidades ao invés de se adaptar a elas; já o Circuito inferior, nosso próximo assunto, tende a ser controlado, subordinado e dependente.

1.2 O Circuito Inferior da economia urbana

Quando se iniciou a caracterização do Circuito Superior, enfatizou-se que poderia ser chamado também de Circuito Moderno, mas, em relação ao Circuito Inferior, Santos (1979, p.39) coloca que:

Quanto ao Circuito Inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia.

Para esse autor, o que existe é uma dependência do Circuito Inferior em relação ao Circuito Superior. Assim, o setor informal e as formas de atividades que a ele se ligam, como o trabalho informal, o comércio informal, são uma consequência dessa posição de dependência do Circuito Inferior.

Essa dependência do Circuito Inferior não é somente em relação ao Circuito Superior. O Circuito Inferior é dependente de todo um sistema econômico, por isso ele é muito difícil de ser delimitado geograficamente. Enquanto alguns habitantes das favelas não se enquadram no perfil do Circuito Inferior, outros que não moram nesse local estão ligados a ele (SANTOS, 1979). Esse é somente um exemplo para

ilustrar a dificuldade que existe para explicar geograficamente os Circuitos Superior e Inferior da economia urbana.

Para Santos (1979), as situações de pobreza⁷ nos países subdesenvolvidos são devidas, em grande parte, à ação das estruturas monopolísticas e do Estado. Os monopólios de qualquer natureza repercutem negativamente no nível de vida das populações e o Estado agrava a situação através de uma política econômica e fiscal. Em relação aos monopólios, o fato de produzirem para a exportação e para a classe rica em detrimento das classes menos favorecidas provoca um aumento da produção na indústria mais dinâmica, declinando a produção de bens de consumo corrente, assim,

Instaura-se um círculo vicioso. Quanto mais a renda se concentra, mais o consumo dos grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil de demanda, tornando evidente uma subutilização dos fatores de produção. Os pobres são duplamente desfavorecidos, pois não podem ter acesso aos bens que os empresários consideram rentável produzir, quando, ao mesmo tempo, declina a produção dos bens de consumo correntes. Isso representa também uma limitação do emprego e uma seletividade acentuada na escolha dos parceiros da modernização (SANTOS, 1979, p.188).

Quanto à contribuição do Estado, Santos (1979, p.193) observa que a alocação de uma importante parte dos recursos nacionais é feita em nome do progresso em benefício daqueles que já são ricos a preço de uma injustiça crescente. Assim, a modernização tecnológica implantada nos países subdesenvolvidos tem um caráter poupador de mão-de-obra, produz desigualdades sociais, concentração de renda e aumento de uma população urbana com baixo nível de vida, que se enquadra no Circuito Inferior da economia urbana.

Esse Circuito Inferior, além de englobar a pequena produção, engloba também o comércio e vários serviços de toda espécie. Nesse circuito, as empresas familiares e os autônomos são numerosos, o capital é muito pequeno, a tecnologia, obsoleta ou tradicional, e a organização deficiente (SANTOS, 1979, p.197). Além dessas

⁷Para Santos (1979, p. 49-50), os pobres são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usurárias. Trata-se, em geral, dos não empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco.

características, o Circuito Inferior apresenta outros aspectos que merecem ser destacados:

- Mercadorias: as atividades do Circuito Inferior trabalham com pequenas quantidades de mercadorias;
- Preços: os preços no Circuito Inferior sempre são passíveis de mudanças; existe, nesse circuito, o que popularmente é chamado de pechinchar, com o objetivo de reduzir os preços das mercadorias;
- Lucros: os lucros no Circuito Inferior não têm a função de acumular capitais, trata-se na verdade de sobreviver e assegurar a manutenção da família e, se possível, tomar parte de certas formas de consumo particulares à vida moderna;
- Publicidade: o Circuito Inferior não dispõe de recursos para investir em publicidade, isso porque a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do trabalhador e de sua respectiva família; a publicidade restringe-se apenas ao contato direto com os consumidores;
- Custos Fixos: os custos fixos no Circuito Inferior são irrisórios, pois o que se destaca nesse circuito é trabalho intensivo;
- Ajuda Governamental: as atividades do Circuito Inferior raramente dispõem da ajuda governamental e freqüentemente são mesmo perseguidas, como no caso dos vendedores ambulantes em numerosas cidades;
- Consumo: o consumo no Circuito Inferior não é seletivo, ele resulta da demanda.

Vale ressaltar que o Circuito Inferior oferece oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital, e ainda é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por abrigar a população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno (SANTOS, 1979).

O grande desafio quando se propõe pesquisar sobre o Circuito Inferior é justamente a falta de dados estatísticos relativos a esse circuito. No Brasil, somente em 1997 o IBGE realizou uma pesquisa denominada ECINF (Economia Informal Urbana) que tinha como objetivo captar informações que possibilitassem conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira com a finalidade de produzir

informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país. Mesmo assim, vários segmentos da informalidade ficaram de fora da pesquisa, pois esta se restringiu a estabelecimentos que tinham pontos fixos.

Especificamente no comércio informal, a falta de dados é extremamente acentuada, o próprio autor Milton Santos diz (1979, p.182): “[...] como saber então, o número, por exemplo, dos agiotas ou dos vendedores autônomos, dois elementos de tanta importância para o funcionamento da economia urbana e regional?” Realmente é muito difícil obter dados nesse segmento da economia e do trabalho, devido, por exemplo, no caso dos vendedores ambulantes, à grande locomoção destes, que na maioria das vezes têm de se deslocar rapidamente e seguidamente para fugir dos fiscais.

Santos (1979) parte da idéia de que a estatística nacional dos países subdesenvolvidos foi elaborada, na maioria dos casos, seguindo o modelo estrangeiro, o que significa que se aplicaram às condições particulares de uma sociedade os parâmetros próprios de outra. A intervenção dos organismos internacionais como as Nações Unidas só agravou o problema.

Realmente percebe-se que os conceitos e parâmetros definidos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) para definir e delimitar o setor informal são bastante genéricos. Os mesmos parâmetros que são utilizados em países asiáticos são utilizados na América Latina e África. Apesar de grande parte dessas regiões ser considerada subdesenvolvida, existem particularidades a elas inerentes, ou seja, privilegiam dados que possibilitam inferências no plano internacional e que estão mais direcionados à economia moderna, enquanto que aspectos importantes das economias não-modernas são deixados de lado.

1.2.1 O emprego e o comércio no Circuito Inferior segundo Milton Santos

O emprego no Circuito Inferior tem várias características: é considerado precário, temporário, instável, mal remunerado, subemprego, desemprego disfarçado,

trabalho irregular, dentre outros. A escolaridade não é pré-requisito nas atividades do Circuito Inferior. Milton Santos (1979) afirma que os analfabetos têm mais oportunidade de encontrar emprego do que aqueles que passaram por uma escola. Ainda segundo o mesmo autor, podem-se reconhecer três tipos de atividades do ponto de vista das dificuldades de ingresso: as atividades que não exigem do candidato nem capital nem qualificação (serviços domésticos, por exemplo); as que exigem exclusivamente capital (o comércio); as que exigem ao mesmo tempo qualificação e capital (caso dos artesãos).

Segundo Santos (2003, p.162), quanto ao emprego, as soluções até agora propostas ainda são “[...] prisioneiras daquela visão segundo a qual o único dinamismo possível é o da grande economia, com base nos reclamos do sistema financeiro.” Por exemplo, os esforços para restabelecer o emprego dirigem-se, sobretudo, quando não exclusivamente, ao Circuito Superior da economia. Mas esse não é o único caminho e outros remédios podem ser buscados, segundo a orientação político-ideológica dos responsáveis, levando em conta uma divisão de trabalho vinda “de-baixo”, fenômeno típico dos países subdesenvolvidos, mas que também se verifica no mundo chamado desenvolvido.

Uma outra característica do comércio no Circuito Inferior são os estoques reduzidos, isso acontece porque, segundo Milton Santos (1979), o comerciante se reabastece em pequena quantidade e todos os dias, porque tem necessidade de ter um estoque diversificado num pequeno espaço e também porque seu capital de giro é limitado e o coloca na dependência do crédito em relação a um atacadista ou semi-atacadista, e, às vezes, mesmo de um varejista.

A realidade mostra que a mercadoria comercializada pelos informais é exatamente a mesma do setor formal, escasseando cada vez mais os camelôs que vendem produtos artesanais, personalizados ou de fabricação própria. Isso, segundo Milton Santos (1979), pode ser uma resposta às necessidades próprias do Circuito Superior do comércio e da fabricação, ou seja, seria uma forma de fugir do pagamento dos impostos ao empregarem menores e idosos sem vínculo com a empresa. Dessa forma, os ambulantes são empregados de patrões “invisíveis”.

1.2.2 Elementos fundamentais do funcionamento do Circuito Inferior

Santos (1979) define os elementos fundamentais do funcionamento do Circuito Inferior, explicitando a importância desses dentro do circuito; são eles: o crédito, os intermediários financeiros e o dinheiro líquido.

O crédito é fundamental, tanto para quem vende quanto para quem compra; para aquele é a oportunidade de se manter na atividade, para este é a opção que tem para consumir mesmo sem ter renda fixa. Os intermediários financeiros têm a função de fornecer o crédito aos comerciantes e artesãos, na maioria das vezes esse crédito é oferecido em mercadorias. Quanto ao dinheiro líquido, este representa os pagamentos em dinheiro indispensáveis ao consumidor final, bem como aos agentes. Um outro aspecto importante no Circuito Inferior é a falta de capital.

Os comerciantes do circuito inferior, assim como os pequenos agricultores, consideram perigoso recorrer ao crédito bancário, o qual representa para eles uma ameaça de desaparecimento, se não puderem pagar suas promissórias (SANTOS, 1979, p.313).

Para se compreender a flexibilização e adaptação a novas conjunturas econômicas, o Circuito Inferior possui a vantagem de adaptar-se rapidamente a novas situações. Isso, segundo Santos (1979), ocorre porque a quantidade de capital investido permite que o artesão ou o comerciante mude de atividade sem muito problema, isso possibilita uma rotatividade nas várias ocupações proporcionadas pelo Circuito Inferior. Essa é uma das principais características desse circuito, a capacidade de transformar-se e adaptar-se a várias situações dentro do espaço urbano.

O Circuito Inferior possui uma dinâmica própria, criando suas atividades em espaços mais limitados que o Circuito Superior, a racionalidade do Circuito é explicada por Santos como:

O mecanismo de integração que existe nesse círculo interessa a toda uma massa de migrantes insolventes e não-qualificados, fornece uma quantidade de empregos máxima para uma imobilização mínima de capital, responde ao mesmo tempo, às necessidades do consumo e à situação geral do emprego e

do capital, ou seja, é dotado de uma perfeita racionalidade, tratando-se de um verdadeiro sistema (SANTOS, 1979, p.260).

O Circuito inferior está presente em todas as cidades, assim ele mantém estreitas relações com as atividades regionais. Santos (1979) relaciona a questão das migrações com o Circuito Inferior, o subemprego, mas hoje se observa que não são só os migrantes que fazem parte desse circuito.

1.3 A relação do Circuito Superior e Inferior com os setores formal e informal da economia

Depois de analisada a Teoria dos dois circuitos da economia urbana, percebe-se uma relação entre o setor informal e o setor formal da economia com o Circuito Inferior e o Circuito Superior, respectivamente. Cacciamali (2000) caracteriza os setores formal e informal da economia, como mostrado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Características do setor formal e informal da economia

SETOR FORMAL	SETOR INFORMAL
Defronta-se com barreiras à entrada	Há facilidade de entrada
Depende de recursos externos	O aporte de recursos é de origem doméstica
A propriedade do empreendimento é impessoal	A propriedade do empreendimento é individual ou familiar
Opera em larga escala	Opera em pequena escala
Utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada	Os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada
A mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal	A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal
Atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc.	Atua em mercados competitivos e não regulados

FONTE: Elaboração da autora a partir de informações de Cacciamali (*In*: CAMARGO, GIAMBIAGI, 2000)

É interessante observar que, conforme demonstrado no quadro anterior, existe uma relação entre as características dos setores formal e informal da economia e a teoria

dos dois circuitos da economia urbana. Ambos os autores Cacciamali (2000) e Santos (1979) postulam a idéia de que, no setor informal/Circuito Inferior, há facilidade de entrada, exige-se um mínimo de capital e um trabalho intensivo, são desprovidos de incentivos do poder público/ajuda governamental, de crédito bancário, além de possuírem uma relação direta entre empregado, empregador e consumidor.

Numa perspectiva relacional mais ampla, observa-se que o Circuito Inferior e a economia informal estariam entrelaçados também com o Circuito Superior. Sobre esse entrelaçamento, Silva e Barbosa (2001, p.4) dizem: “As relações entre os circuitos se galvanizam através de processos de subcontratação, terceirização e segmentação das atividades produtivas e de prestação de serviços entre as instâncias superiores e inferiores.”

Nessa relação entre os circuitos, é possível detectar a informalidade relacionada com o Circuito Inferior. Sobre isso, os mesmos autores dizem que, através da apropriação do trabalho desprotegido e intensivo, como forma de burlar leis e fiscalizações instituídas, e também constituindo redes produtivas e comerciais informais, o Circuito Inferior e a informalidade atendem aos interesses do Circuito Superior.

Esse trabalho desprotegido e intensivo faz parte das atividades produtivas e comerciais informais existentes principalmente nas cidades. Muitos trabalhadores encontram na economia informal o escape de sua sobrevivência. Assim, mais uma vez, fica evidente a relação dessas atividades com o Circuito Inferior da economia urbana, quando Santos (1979) diz que esse circuito da economia urbana serve de abrigo a uma população pobre e sem qualificação e que esses serviços do setor terciário estão voltados para a sobrevivência e a garantia de satisfação das necessidades da família no dia-a-dia, que é a preocupação mais importante. Sobre esse mesmo assunto, comenta o autor: “[...] o Circuito Inferior da Economia urbana é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os seus migrantes sem qualificação” (SANTOS, 1979, p.289).

Dessa forma, percebe-se que o trabalho é o fator essencial no Circuito Inferior e também no setor informal, em ambos ele compreende tanto o trabalho mal

remunerado, como o trabalho temporário ou instável. Quanto ao comércio informal, percebe-se que ele está inserido no Circuito Inferior da economia através de diferentes manifestações como, por exemplo, os camelôs. Para se concluir a discussão sobre a relação existente entre o Circuito Inferior da economia e a informalidade, mais uma vez é oportuno recorrer ao geógrafo Milton Santos, quando ele afirma que:

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos (SANTOS, 1979, p.23).

Diante disso, é importante que as atividades do Circuito Inferior/economia informal sejam reconhecidas e tratadas como um importante desafio para o desenvolvimento socioeconômico das cidades.

1.4 Circuito Inferior Central e Circuito Inferior Residencial

A localização na cidade, o comportamento e o funcionamento específico é que vão diferenciar o Circuito Inferior Central do Circuito inferior Residencial. Segundo Santos (1979, p.350), os dois tipos de Circuito Inferior possuem as seguintes características:

Circuito Inferior Central: está ligado à população do centro, mantém relações privilegiadas com as outras atividades centrais, sua clientela, eventualmente, pode ser a mesma do Circuito Superior. Circuito Inferior Residencial: é totalmente ligado à população dos bairros, surge de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro.

Esse mesmo autor conclui que, tanto o Circuito Inferior Central, quanto o Circuito Inferior residencial, mantêm contatos, seja por intermédio dos mascates, sacoleiros, seja por intermédio dos atacadistas, geralmente situados no centro. Assim, o Circuito

Inferior assume, no centro da cidade, um caráter complexo, por lá ser um ponto onde se encontram todas as camadas sociais.

1.5 A organização espacial dos dois circuitos da economia urbana

A influência territorial dos dois circuitos varia em função do tamanho das cidades. Santos (1979) identifica nos países subdesenvolvidos três níveis de cidades: as metrópoles, as cidades regionais ou intermediárias e as cidades locais. Quanto à influência das atividades do Circuito Inferior nessas cidades, esse mesmo autor coloca que:

A influência do Circuito Inferior fica circunscrita aos limites urbanos das metrópoles. Ao contrário, ultrapassa amplamente os limites da aglomeração nas cidades locais. Quanto às cidades regionais, a influência do Circuito Inferior confunde-se com a área de influência local da aglomeração, a partir de onde encontra a concorrência das cidades locais (SANTOS, 1979, p.356).

Assim, percebe-se que a importância das atividades do Circuito Inferior sofre variações no sentido inverso da importância dos centros, ou seja, quanto menor a cidade, maior é a importância das atividades do Circuito Inferior. Já as atividades relacionadas ao Circuito Superior aumentam com o tamanho e o nível funcional das cidades.

Quanto mais importante é a cidade, maior é o número de empresários, de profissionais liberais, de funcionários e de assalariados e, por conseguinte, maior é o número de compradores para os bens do comércio moderno. O número de grandes lojas modernas multiplica-se, provocando uma redução do número de intermediários, o que permite, em troca, um aumento do número de estabelecimentos modernos. A expansão do comércio, por outro lado, é favorecida pelo aumento do número de pessoas com capacidade creditícia, permitindo uma utilização mais geral do crédito institucional (SANTOS, 1979, p. 345).

Portanto, esse crédito institucional tão importante para movimentar as atividades do Circuito Superior dificilmente é encontrado no Circuito Inferior. Enfim, percebe-se também que a interação existente entre os dois circuitos se dá mais em nível local,

isso porque o alcance do Circuito Inferior é local e contínuo, enquanto o alcance ou a área de influência do Circuito Superior não é contínuo.

A área de influência do Circuito Inferior é contínua, enquanto a do Circuito Superior não o é. A zona de influência do Circuito Superior é, portanto, descontínua, isso porque as possibilidades de consumir nas cidades dos países subdesenvolvidos não são extensivamente difundidas, mas concentradas em certos pontos, consequência geográfica das disparidades de renda, ou seja, do grande problema da desigualdade social, existente nessas cidades (SANTOS, 1979, p.360).

Dessa forma, verifica-se que, por ser descontínua a atuação do Circuito Superior nas cidades, o Circuito Inferior cria uma situação de concorrência no comando do espaço. A propagação das atividades ou dos bens modernos e a permanência de atividades consideradas não modernas estão, segundo Santos (1979), estreitamente ligadas à organização do espaço pelos transportes e à distribuição geográfica das rendas.

1.6 Circuito Superior Marginal

De acordo com Santos (1979), entre o Circuito Superior e o Inferior, aparece um circuito que reúne características próprias dos dois. Esse circuito é chamado de Circuito Superior Marginal, porque as formas de produção presentes nele, apesar de serem atividades dinâmicas, são menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional, acompanham o ritmo das inovações, mas são dependentes das tecnologias e das formas de organização do Circuito Superior propriamente dito.

Segundo Santos (1979), as atividades de fabricação do Circuito Superior subdividem-se em dois tipos: um setor de indústrias maduras desde a sua instalação, e compreendendo as empresas inteiramente modernas e sem disparidades de organização no interior de cada ramo e outro setor onde a concorrência ainda é possível entre indústrias de diferentes níveis de técnica, de capital, de porte do estabelecimento e de mão-de-obra. O segundo tipo dessas atividades de fabricação representa o Circuito Superior Marginal, pois nesses ainda é possível produzir com um preço mais acessível para a população com menor

poder aquisitivo. Para Santos (1979), não é possível identificar um comércio marginal no Circuito Superior. Sobre esse assunto, ele argumenta que:

Não se pode levantar a hipótese de um comércio marginal no Circuito Superior. O comércio moderno é prisioneiro de obrigações rígidas, que devem ser cumpridas em datas precisas e tem pagamento de empregados ou de impostos, predial ou de rendas. Se o comerciante é faltoso pode passar para o circuito inferior, mas deve então mudar de comportamento. Ele também não pode ter atividades de serviços de tipo marginal no circuito superior (SANTOS, 1979, p. 103).

Dessa forma, a atividade do Circuito Superior Marginal, segundo esse autor, não engloba as atividades comerciais, restringe-se somente às atividades de fabricação moderna marginal.

Diante das explicitações a respeito da teoria dos dois circuitos da economia urbana, o Circuito Superior e o Circuito Inferior, em cidades de países subdesenvolvidos, e da relação desses com as atividades informais, o capítulo seguinte aborda algumas reflexões teóricas acerca do setor informal.

CAPÍTULO 2 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SETOR INFORMAL

Este capítulo tem como propósito discutir algumas considerações teóricas sobre o setor informal. Serão discutidas diversas concepções sobre suas características, suas origens, suas vertentes ideológicas e também alguns aspectos relevantes sobre a economia informal no Brasil, apoiadas nos pontos de vista de autores como Cacciamali (2000), Pamplona (2004), Singer (2000), Pochmann (2000), Theodoro (2002), Gonçalves e Júnior (2002), Dupas (2001), Jakobsen et al. (2000), dentre outros.

Segundo Pamplona (2004), a natureza complexa do setor informal torna seu conceito motivo de grande controvérsia técnica e acadêmica, assim, para uma melhor compreensão, é interessante que se faça um breve recorte histórico sobre o assunto.

Aos economistas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) são atribuídos os primeiros estudos e a formação das primeiras idéias sobre o tema setor informal que foi utilizado pela primeira vez em 1972, em pesquisas realizadas no continente africano, tendo como objetivo fundamentar reflexões sobre o desenvolvimento econômico daquele continente.

Assim, percebe-se que o conceito de setor informal surge dentro de uma agência executiva internacional, sendo logo depois imposto à academia, aos políticos, à população em geral. Daí a grande imprecisão desse conceito, que dura até hoje, ou seja, não existe um consenso único quando o assunto é a definição precisa do setor informal, pois diferentes hipóteses são levantadas referentes ao funcionamento dele.

Na verdade, o termo setor informal, segundo Theodoro (2002), aparece nos anos 1970, como uma tentativa de explicar um fenômeno muito mais antigo. Sobre esse assunto, o autor afirma que:

A incidência de fenômenos como a pobreza, a reprodução de atividades de baixa produtividade, o exercício do trabalho sob condições de extrema precariedade, à margem mesmo do aparato legal vigente, antecede a idéia de setor informal. O pequeno comércio de rua, os mascates, e “faz tudo” estavam já presentes nas ruas de Nova Iorque ou Paris na virada do século. A concentração nas áreas urbanas de uma parcela crescente de força de trabalho exercendo essas atividades econômicas há muito já expressava uma realidade hoje descrita como informal (THEODORO, 2002, p. 8).

No caso específico da América Latina, várias teorias tentaram explicar o setor informal. A CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas, a partir de 1950, já preconizava que o fraco crescimento da economia desses países levaria conseqüentemente a um expressivo número de trabalhadores relacionados ao trabalho precário ou ao subemprego. Assim, um crescimento econômico baseado na industrialização acabaria ou reduziria esses problemas com o mercado de trabalho, era só uma questão de tempo. Na visão cepalina, os países subdesenvolvidos teriam um sistema econômico composto por dois setores: um moderno e outro atrasado, contudo o diferencial entre eles tenderia a deixar de existir:

[...] o diferencial de produtividade entre esses setores tenderia a desaparecer, chegando-se, portanto, a uma condição ótima de equilíbrio do mercado de trabalho e o setor moderno absorveria grande parte da força de trabalho liberada do setor de mais baixa produtividade. O subemprego e as ocupações de baixa produtividade eram então vistos pela Cepal como fenômenos decorrentes do próprio processo de transição e, portanto, eles mesmos transitórios (THEODORO, 2002, p. 9).

Na década de 1960, esse mesmo autor identifica a teoria da dependência/marginalidade. Nessa teoria, o mercado de trabalho urbano e principalmente o trabalho informal não seriam vistos como um fenômeno passageiro, e sim parte do processo de modernização e industrialização. Desse modo, “[...] o subemprego, assim como grande parcela do desemprego, não estaria relacionada à ausência de industrialização, mas inversamente, a sua concretização” (THEODORO, 2002, p. 9).

Na verdade, é o próprio processo de acumulação capitalista que produz uma diferenciação dentro da classe trabalhadora, gerando modalidades de trabalho que podem ser conceitualizadas como informais. Essa é também a visão de Kowarik (1977).

De qualquer modo, mesmo que haja uma oposição entre esses dois enfoques, o enfoque cepalino e o enfoque da dependência, vale ressaltar que o pensamento cepalino continuou a direcionar as “[...] diretrizes da política desenvolvimentista utilizada pelos Estados, enquanto que o enfoque da dependência/marginalidade ganhava destaque no discurso crítico, sobretudo nos meios acadêmicos” (THEODORO, 2002, p. 10).

A partir de 1973, é que o PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe - desenvolve o conceito de setor informal, relacionado ao crescimento do subemprego nas cidades, mesmo quando ocorria um crescimento econômico. Segundo Theodoro (2002), o Brasil é um exemplo, pois, mesmo quando apresentou um crescimento econômico significativo, apresentou também um aumento do número de trabalhadores informais.

Alguns conceitos marxistas como sobrepopulação relativa e exército industrial de reserva contribuíram para explicar o setor informal em países subdesenvolvidos. Para a OIT, o principal determinante do crescimento do setor informal urbano surgiu a partir da migração da força de trabalho do campo rumo à cidade, levando a uma desterritorialização dos trabalhadores rurais e a um excedente de mão-de-obra nas cidades. Marx⁸ em “O Capital” já discutia sobre as “Diversas formas de existência da população relativamente excedente [...]”, população essa que excedia a necessidade do capital, não devendo ser confundida como excedente no sentido de desnecessária à economia como um todo. Essa população excedente vai buscar abrigo no setor terciário, mais especificamente se insere em atividades do setor informal. Sobre esse assunto, Singer (2000, p. 12) argumenta que:

Em primeiro lugar, trata-se do exército industrial ativo e não de reserva, estes formados pelos sem-trabalho, pelos desempregados no sentido estrito do termo. Os desempregados vivem do seguro-desemprego (enquanto dura) ou são sustentados por economias ou pelo que ganham outros membros da família, enquanto ficam em tempo integral procurando emprego. Os trabalhadores informais já desistiram de procurar emprego, eles saem à luta, tentando ganhar a vida de qualquer jeito.

E, ainda segundo esse mesmo autor, a maioria dos trabalhadores do setor informal exerce atividades precárias sujeitas à repressão policial, dedica-se ao pequeno

⁸ Mais detalhes ver “O Capital”, volume I – 4ª Seção do Cap. XXIII. São Paulo: Abril Cultural, 1982.1.

comércio e a serviços de baixa qualificação, trabalha longas jornadas e os ganhos são incertos e variáveis. Além disso, esses serviços muitas vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada.

Uma outra característica importante do setor informal refere-se à heterogeneidade, devido a uma multiplicidade de atividades que não formam um todo homogêneo mesmo depois de reunidas em um só grupo. Para Singer (2000), o mercado de trabalho informal brasileiro é o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. Isso, por si só, explica a heterogeneidade do setor. Essa heterogeneidade está relacionada à ampliação da força de trabalho, pois:

Ao ampliar-se a economia informal torna-se muito mais diversificada, passando a ser campo de atuação também de pequenas empresas e não só de trabalhadores autônomos, já que o principal traço da informalidade passa ser o não regramento ou controle pelo poder público, isentando-se ao recolhimento das taxas e dos devidos tributos. A expansão e a heterogeneização do trabalho na esfera da economia informal tem uma raiz direta com o processo atual de crescimento da exclusão do mercado formal de trabalho, que, por sua vez, tem um amplo rol de determinações, que diferentemente combinadas desenha e caracteriza variadamente o fenômeno do trabalho informal nos diversos lugares onde este se encontra presente (GONÇALVES; JÚNIOR, 2002, p. 12).

Assim, essa expansão do trabalho na esfera da economia informal quase sempre está relacionada a um índice de desemprego elevado e uma possível substituição do trabalho formal pelo informal. Segundo o PREALC, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo e oficial, em mercados desregulamentados e competitivos em que é difícil fazer a distinção entre capital e trabalho. Jakobsen et al. (2000) explica por que é difícil fazer essa distinção, da seguinte forma:

Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumular capital e riqueza (JAKOBSEN et al., 2000, p.14).

A definição de setor informal empregado na construção dos indicadores estatísticos obedece aos critérios da OIT contidos na Recomendação aprovada na 15ª

Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 1993. Nesse estudo são identificadas seis categorias de trabalhadores informais urbanos:

- Assalariados em empresas com até cinco empregados, com ou sem carteira assinada;
- Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados;
- Donos de negócio familiar;
- Autônomos que trabalham para o público ou para empresas;
- Empregados domésticos;
- Trabalhadores familiares.

Segundo Jakobsen et al. (2000, p.8), essas categorias obedecem às seguintes definições:

Assalariado: é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa, sob forma de salário, ordenado ou soldo.

Autônomo ou por conta própria: pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada (s) empresa (s) ou pessoa (s).

Empregador: é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão de ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado (s) de forma permanente.

Dono de negócio familiar: é o indivíduo dono de um negócio ou de uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes e que nunca trabalha sozinho. Normalmente neste tipo de negócio, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo, porém, haver situações nas quais trabalham um ou dois empregados de forma permanente e remunerada.

Empregado doméstico: é o indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos.

Trabalhador familiar: é a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes, sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

Conceituar o setor informal é complexo, porque é bastante heterogêneo, abarca um grande contingente de pessoas oriundas das mais diversas atividades. Resumindo

todas essas idéias mencionadas anteriormente, é possível identificar duas formas de conceituar o setor informal.

A primeira forma está diretamente relacionada à questão da ilegalidade, ou seja, o setor informal é representado por um conjunto de atividades realizadas fora da lei. Para Lima (1985), a economia informal também poderia ser denominada de economia subterrânea, oculta, paralela, invisível, irregular, escondida, não declarada, clandestina, não oficial, ou seja, é a soma das mais diversas transações legais e ilegais envolvendo recursos financeiros, vendas de mercadorias ou trabalho que não são declaradas às autoridades ou não detectadas pelas estatísticas convencionais.

Segundo Pamplona (2004), neste conceito não são considerados fatores de natureza tecnológica, nem tamanho das unidades produtivas, nem interações com os mercados, nesse critério da “ilegalidade”. Um vendedor de dólares no mercado negro, um profissional liberal que não paga corretamente seus tributos ou uma grande empresa que funciona sem patente seriam todos informais. Mas um pequeno comerciante que toca seu negócio com o auxílio de sua família e cumpre suas exigências legais não seria informal.

A segunda forma de conceituar o setor informal vai compreender unidades produtivas, com base familiar, em que a separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção é reduzida, uma vez que o proprietário trabalha diretamente na produção e com ajuda de familiares, o que contribui para que a presença de uma mão-de-obra não remunerada seja significativa. Além disso, o nível tecnológico e a relação capital/trabalho são baixos. Sobre esse aspecto, o autor reforça que:

O trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento dessas unidades. As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a taxa de lucro não é a variável-chave de seu funcionamento e sim o rendimento total de seu dono. A prioridade é a manutenção da família, e só depois vem a manutenção do negócio ou a preocupação com “retornos de investimento”. O principal objetivo dessas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isso ocorre, ela deixa de ser informal (PAMPLONA, 2004, p.310).

E Cardoso (2000) completa a definição:

É um conjunto de atividades econômicas onde não ocorre a dissociação entre os proprietários e os meios de produção, ou seja, o proprietário do negócio trabalha diretamente na produção ou prestação de serviços. Trata-se de uma forma de organização onde geralmente não se verifica a acumulação ampliada de capital (CARDOSO, 2000, p.17).

Quanto aos trabalhadores envolvidos nesse setor, percebe-se que geralmente são os de conta própria e os pequenos empregadores (até cinco empregados) que predominam nessas unidades produtivas. Essas funcionam com o objetivo de garantir emprego e renda para as pessoas envolvidas que também se caracterizam por elas mesmas controlarem seu próprio processo de trabalho.

Enfim, é essa segunda forma de conceituar o setor informal que norteará esta dissertação, pois entende-se que é a forma de organizar a produção que vai definir o setor informal.

Segundo Jakobsen et al. (2000) e Theodoro (2002), o setor informal, quanto a sua origem e principalmente no que se refere ao papel do Estado e das implicações de suas ações sobre esse setor, apresenta três perspectivas ou vertentes: a OIT/PREALC ou Keynesiana, a perspectiva estruturalista e a perspectiva neoliberal. Cada uma dessas perspectivas será apresentada a seguir; serão caracterizadas e contextualizadas histórica e conceitualmente. O conceito de setor informal sempre está presente nos discursos oficiais e na academia.

De todo modo, a definição de setor informal vem se consolidando, desde seu advento nos primeiros anos da década de 1970, como o instrumento privilegiado de análise do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. Apesar dos problemas de imprecisão e mesmo de falta de universalidade, o conceito continua presente nos trabalhos acadêmicos e nos discursos oficiais. Nesse contexto, é importante assinalar que a cada visão particular concernente à definição de setor informal corresponde implicitamente uma idéia de Estado (THEODORO, 2002, p.12).

2.1 Perspectiva OIT/PREALC ou Keynesiana

Segundo Jakobsen et al. (2000), para a perspectiva OIT/PREALC ou Keynesiana, a origem do trabalho informal na América Latina e no Caribe estaria relacionada à forte

migração de trabalhadores do campo para a cidade, após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos meios de produções agrícolas, que dispensaram mão-de-obra neste setor, somada à busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. No entanto, esta não foi capaz de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Fato que levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituírem um excedente de mão-de-obra, sendo obrigados a “inventarem” seu próprio trabalho, principalmente no comércio e no setor de serviços, como meio de sobrevivência.

Essa visão do setor informal é complexa e heterogênea porque abrange uma grande variedade de atividades de produção e serviços, destacando os autônomos em seus mais diferentes ramos, como os vendedores ambulantes que, através do comércio informal, se destacam nas áreas centrais das cidades. É dentro dessa perspectiva que o Estado vai propor políticas públicas para o setor informal, por isso essa perspectiva também pode ser chamada de Keynesiana. John Maynard Keynes, se destacou por rejeitar a teoria clássica do Laissez-Faire, a qual pregava que os negócios econômicos da sociedade acabam sempre por cuidar de si próprios. Keynes defendia a intervenção do Estado em benefício da economia e do mercado.

Com efeito, o Keynesianismo se consolidara, no pós-guerra, como o filão principal do pensamento econômico. Com ele, ganha relevo uma maior presença do Estado na organização e administração do sistema econômico. A conjugação do planejamento com as políticas econômicas (fiscal e monetária) era a arma que garantiria o crescimento e o desenvolvimento. O Estado, gestor da economia e planejador dos horizontes de médio e longo prazos, colocava-se assim na linha de frente da vida econômica. Esse foi o espírito que norteou todo o processo de reconstrução europeu, assim com a consolidação dos Estados Unidos como a grande nação do século (THEODORO, 2002, p. 8).

Em relação aos países subdesenvolvidos, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) representa o pensamento Keynesiano relacionado ao subdesenvolvimento. Mais especificamente em relação ao Brasil, é apontado que:

Já nos primeiros anos da década de 1970, programas direcionados ao setor informal passam a compor a agenda das agências internacionais de desenvolvimento. No Brasil, por intermédio do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, posteriormente, da Sudene, o tema passa a ser incorporado ao discurso oficial a partir da segunda metade daquela mesma década. É, pois na vertente Keynesiana que se encontra a justificativa da ação do Estado nesse âmbito. Assim, a figura dos programas direcionados

ao informal constitui o que se poderia definir como o elemento essencial dessa vertente. Mesmo se levando em conta a trajetória e as mudanças de orientação e conteúdo desses programas, a vertente keynesiana continua a se fazer presente, ainda hoje, na visão dominante e intervencionista, influenciando organismos como o Ministério do Trabalho, o Codefat, BNDES, secretarias estaduais de trabalho, entre outras (THEODORO, 2002 p. 13).

Essa intervenção do Estado por meio das políticas públicas sofreu alterações no decorrer do tempo, através da mudança de enfoques. Theodoro (2000) aponta três enfoques desses programas direcionados ao setor informal, a saber:

1) Enfoque técnico - meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980: os programas direcionados ao setor informal estavam atrelados a uma perspectiva regional de longo prazo. Como exemplo, o PATRA (Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda), concebido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), no final da década de 1970 e que cobria as principais cidades do Nordeste. Nesse momento, tinha-se a idéia de que o setor informal era um fenômeno em vias de desaparecimento, decorrente do período de transição para o desenvolvimento, mas que, de algum modo, deveria merecer atenção.

2) Enfoque político - segunda metade dos anos 1980: o informal passa a assumir a posição de instrumento de combate à pobreza. Passa a ser visto não apenas como algo permanente e característico dos países em desenvolvimento, mas também como um fenômeno virtuoso a ser preservado e fortalecido como fonte de geração de ocupação para grande parte da força de trabalho.

3) Enfoque subsidiário - anos 1990 até os dias atuais: o informal passa a ter um enfoque de gestão da pobreza, com o objetivo de reduzir suas seqüelas e conseqüências, vista até então como característica de países subdesenvolvidos. Desse modo, o informal não é mais visto como um instrumento de erradicação da pobreza, mas como algo capaz de amenizar os seus efeitos.

2.2 Perspectiva estruturalista

De acordo com essa perspectiva, a origem do trabalho informal estaria, em parte, nas formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceirizadas de produção de bens e serviços. Isso significa que muitos trabalhadores informais são considerados integrantes da economia formal moderna, mas não contabilizados dessa forma, para burlar a fiscalização contábil e escapar da regulamentação do Estado. Theodoro (2002) vê o Estado dentro dessa perspectiva estruturalista como um dos pólos do processo de gestão da informalidade.

A informalidade percebida como algo que perpassaria todo o tecido social expressar-se-ia, no âmbito do mercado de trabalho, pela não universalização do assalariamento e dos direitos a ele associados, assim como proliferação do desemprego e do chamado setor informal (THEODORO, 2002, p. 19).

Para os estruturalistas, o crescimento do setor informal é resultado da estratégia de acumulação de capital das empresas modernas do setor formal da economia e da falta de regulamentação e garantia de direitos por parte do Estado.

2.3 Perspectiva neoliberal

Na perspectiva neoliberal a existência do setor informal se explicaria pela presença excessiva do Estado no âmbito econômico.

O trabalho informal seria a resposta popular às restrições legais, derrubando com sucesso a barreira estatal legal, implantando a desregulamentação de fato e representando a irrupção das forças do mercado contra a economia engessada pela regulamentação. Neste caso, o empreendedor informal não seria um produtor marginal de baixa produtividade, como afirma o PREALC/OIT, mas um herói econômico que logra sobreviver e mesmo

prosperar, apesar da perseguição estatal contra suas atividades (JAKOBSEN et al., 2000, p. 14).

Sobre esse assunto, autores da linha empreendedorista acrescentam que:

O setor informal composto pelos verdadeiros empreendedores, no sentido capitalista do termo, representaria em última análise uma nova classe que, em breve seria responsável por uma revolução que recolocaria os países da América Latina no rumo do desenvolvimento (THEODORO, 2000, p.14).

Atualmente, as políticas de apoio ao setor informal são baseadas na presença mínima do Estado. Em suma, o setor informal hoje pressupõe, segundo Theodoro (2002), menos Estado e um maior apelo ao livre funcionamento do mercado, esses são os pressupostos da vertente neoliberal.

Ao se analisar, minuciosamente, todas essas perspectivas, nota-se que, na verdade, o setor informal da economia existe em conseqüência de todos esses fatores apresentados.

Este trabalho dará ênfase à perspectiva da OIT/PREALC, porque através de análise da pesquisa do IBGE, denominada ECINF – Economia Informal Urbana - 2003, que trata desse assunto, observou-se que o trabalho informal no espaço brasileiro tem origem nas causas apontadas pela OIT. Jakobsen et al. (2000, p. 9) afirma que “[...] embora alguns apreciem a ‘autonomia’ do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade.”

A Tabela 1, a seguir, confirma, através de dados estatísticos, essa afirmativa.

Tabela 1 - Empresa do setor informal, por sexo dos proprietários, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – Brasil - 2003

Motivo que os levou a iniciar o negócio	Homens	Mulheres	Total	% Percentual do total
Não encontrou emprego	2.350.631	865.416	3.216.168	31%
Oportunidade de fazer sociedade	70.127	35.610	105.737	1%
Horário flexível	68.236	127.174	195.410	1,9%
Independência	1.210.725	491.739	1.702.477	16,5%
Tradição familiar	655.563	181.679	837.242	8,1%
Complementação da renda familiar	716.366	1.103.794	1.820.160	17,6%
Experiência na área	726.640	138.339	864.979	8,4%
Negócio promissor	579.662	181.941	761.602	7,4%
Era um trabalho secundário	156.530	58.546	215.076	2,1%
Outro motivo	338.697	258.655	597.351	5,8%
Sem declaração	9.581	10.179	19.760	0,2%
Total	6.882.756	3.453.072	10.335.962	100%

FONTE: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos - Economia Informal Urbana, 2003.

De acordo com os dados da Tabela 1, o número de pessoas que entrou no setor informal porque não encontrou emprego corresponde a 31% do total das pessoas que estão inseridas nesse setor. Dados bastante significativos e que aumentam a necessidade de propor medidas para apoiá-lo e organizá-lo, já que tal setor constitui uma alternativa socioeconômica para milhões de trabalhadores.

Em síntese, as atividades econômicas informais, segundo a perspectiva da OIT, seriam características das economias de países subdesenvolvidos. Vários autores corroboram essa idéia.

As comparações dos estágios econômicos e sociais, tendo como referência o padrão de desenvolvimento estabelecido pelos países mais ricos, procuravam estipular que a existência do setor informal figurava entre as características que enquadrariam um país em um estágio de subdesenvolvimento, sendo o desemprego, o crescimento demográfico descontrolado, o aumento da população urbana, a industrialização tardia ou inexistente, as maiores marcas das economias que se encontravam neste estágio, figurando neste contexto as altas taxas de crescimento demográfico como a maior causa de desemprego (GONÇALVES; JÚNIOR, 2002, p.5).

Cardoso, estudando a questão, diz que:

Os informais seriam os trabalhadores que não encontram emprego assalariado, auferindo baixo nível de renda em atividades eventuais, conhecidas popularmente como “bicos”. Assim, o conceito setor informal utilizado pela OIT passou a representar um fenômeno típico do subdesenvolvimento (CARDOSO, 2000, p. 17).

Mas, segundo Sassen (1998, p.138), “[...] embora se acredite que os setores informais surjam apenas nas cidades do terceiro mundo, presenciamos atualmente um rápido crescimento do trabalho informal na maioria das grandes cidades em países altamente desenvolvidos.” Em suma, o setor informal está crescendo e com ele crescem também as sensações de desproteção vivenciadas por esses trabalhadores, como preocupações com a aposentadoria, com a assistência médica e até mesmo preocupação com férias, feriados, finais de semana, pois, para eles, a renda está diretamente relacionada aos dias trabalhados.

Finalizando, Dupas (2001) enfatiza que o setor informal padece de uma relação muito mal resolvida com o Estado. Ao mesmo tempo em que as autoridades vêem nesse setor uma solução para a questão do emprego, tratam-no freqüentemente como marginal, já que nosso sistema tributário o encara, muitas vezes justificadamente, como agente de evasão fiscal.

2.4 Seguro–Desemprego e informalidade: algumas considerações

O Seguro-Desemprego é uma das políticas públicas de emprego existentes no Brasil. De acordo com a Lei 8.900, de 30 de junho de 1994, o seguro-desemprego tem como finalidade prover o trabalhador desempregado de uma assistência financeira temporária, em virtude da dispensa sem justa causa, e auxiliá-lo na busca de novo emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

A criação do seguro-desemprego no Brasil e também a trajetória do país no terreno das políticas sociais aconteceram tardiamente, se forem comparadas as experiências brasileira e internacional.

É um sistema de proteção social consolidado nos países desenvolvidos no segundo pós-guerra, só foi instituído no Brasil na segunda metade da década de 80 e organizado na forma abrangente como conhecemos hoje em 1990 (AZEREDO, 1998, p. 250).

Na verdade, o seguro-desemprego tem como objetivo garantir uma renda mínima aos trabalhadores desempregados para que eles possam procurar outro emprego com maior tranquilidade. Segundo Barros et al. (2001), é evidente que o seguro-desemprego propicia um aumento na duração do desemprego e também a uma elevação na taxa de desemprego. Vale ressaltar que outro fator importante em relação a esse programa é que, no Brasil, ao contrário do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, o seguro-desemprego não tem qualquer custo para as empresas.

De fato, nos Estados Unidos, o seguro-desemprego funciona como uma multa adicional por demissão, na medida em que eleva a contribuição da empresa para o fundo desse seguro. Assim, no sistema americano, o seguro-desemprego dá às empresas um incentivo adicional para não demitir. No caso brasileiro esse incentivo não existe uma vez que a contribuição da empresa para o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) independe da sua contribuição para o desemprego (BARROS et al., 2001, p. 12).

Conforme os mesmos autores, a instituição do seguro-desemprego foi tardia em relação à experiência internacional, como também o foi a própria trajetória do país no terreno das políticas sociais. Algumas críticas foram destinadas ao seguro-desemprego quanto ao fato de esse programa incentivar o desemprego. Entretanto, as críticas atuais recaem mais sobre as transformações ocorridas no mercado de trabalho e no próprio conceito de desemprego.

O emprego assalariado vem, na prática, deixando de ser a forma dominante de ocupação, num contexto de flexibilização do mercado de trabalho, com contratos temporários, trabalhadores por conta própria, trabalho em tempo parcial e a domicílio, e muitas outras formas novas que as relações trabalhistas vêm assumindo (AZEREDO, 1998, p. 251).

Em relação ao seguro-desemprego e à informalidade, percebe-se que muitos trabalhadores preferem ficar recebendo o seguro-desemprego e permanecer na informalidade durante o período em que estão desempregados, a procurar outro emprego no setor formal. Sobre esse assunto verifica-se que,

Como o recebimento do seguro-desemprego é interrompido no momento em que o trabalhador aceita um emprego no segmento formal da economia, existe um incentivo para os trabalhadores e as empresas engajarem-se em relações informais de trabalho durante o período em que o trabalhador recebe esse seguro. Essa indução à informalidade é importante uma vez que quase 50% daqueles que recebem o seguro-desemprego declaram já estar ocupados (BARROS et al., 2001, p. 12).

Segundo pesquisa também desenvolvida por esses mesmos autores, o seguro-desemprego está mal direcionado, pois os desempregados beneficiados não vivem, em sua maioria, em famílias pobres, e parte deles, apesar de continuar recebendo o benefício, já conseguiu um novo trabalho.

Apenas 20% dos beneficiários do seguro desemprego encontram-se desocupados e buscando trabalho de forma sistemática, e quase 50% encontram-se ocupados auferindo uma renda em torno de 2,8 vezes superior ao seguro-desemprego. Em suma, grande parte dos benefícios do seguro-desemprego beneficia trabalhadores já ocupados e vivendo em famílias não-pobres, para os quais o valor desse seguro representa apenas 36% da sua renda pessoal e 14% da renda familiar (BARROS et al., 2001, p. 20).

Diante dessa realidade, os autores concluem que o programa seguro-desemprego pode estar tendo impacto negativo importante sobre o desempenho no mercado de trabalho, induzindo um alto grau de informalidade e de rotatividade de trabalhadores, com conseqüências negativas sobre a duração das relações de trabalho.

2.5 A economia informal no Brasil

No Brasil, há hoje um quadro que aponta para o crescimento do setor informal⁹. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto

⁹ “É o grande fenômeno da década no Brasil” (CACCIAMALI, 1989, p. 101).

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, revela que, de uma População Economicamente Ativa (PEA) de aproximadamente 78 milhões, 32,3 milhões estão na informalidade e 17,4 milhões trabalham por conta própria.

O governo federal, reconhecendo a importância do setor informal no Brasil, realizou uma pesquisa denominada “Economia Informal Urbana” através do IBGE, cuja finalidade foi captar informações que permitam conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira, com o objetivo de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país. Essa pesquisa do IBGE seguiu os preceitos adotados em 1993 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir informalidade. Os principais conceitos definem como trabalho informal aqueles que não apresentam perfeita distinção entre capital e trabalho e entre o patrimônio da família e o do negócio.

O IBGE pesquisou microempresas com até cinco empregados e considerou como empresas também os trabalhadores autônomos, como os camelôs, talvez a face mais notória da informalidade (PINTO, 2005). Para que o estudo apresentasse de forma mais clara o fenômeno que vem se difundindo nos centros urbanos, foram excluídos os trabalhadores da área rural, onde a informalidade é quase uma prática constante.

Essa pesquisa foi realizada pela primeira vez em 1997 e foi novamente a campo em 2003, cujos resultados foram divulgados em 2005. Ao contrastar a pesquisa realizada em 1997 com a outra realizada em 2003, percebe-se que o mercado informal cresceu o dobro da economia formal, ou seja, o número de pessoas ocupadas cresceu 4% de 1997 a 2003 e o número de trabalhadores informais cresceu 8%, passando de 12,9 milhões em 1997 para 13,9 milhões em 2003, sobretudo através de trabalhadores jovens. Cerca de 70% dos empregados estavam concentrados na faixa etária entre 18 e 39 anos de idade, sendo que 33% dessa população tinham menos que 25 anos. Quanto ao grau de instrução, 36% dessa parcela de trabalhadores tinham o primeiro grau incompleto e a renda média de R\$ 363,00 (trezentos e sessenta e três reais) sendo a dos homens - R\$ 378,00

¹⁰ Dados estatísticos do IBGE, ano de 2002.

(trezentos e setenta e oito reais), superior ao das mulheres - R\$ 338,00 (trezentos e trinta e oito reais).

Segundo reportagem publicada no jornal Hoje em Dia de 20/05/2005 (PINTO, 2005), o número de pessoas ocupadas no setor informal pelas estimativas do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão oficial também vinculado ao Ministério do Planejamento, é bem maior que o número de trabalhadores levantados pela ECINF. De acordo com esse órgão, o número de trabalhadores à margem da legalidade chega a 36,3 milhões de pessoas, pelos dados de 2003. Mas aí estão incluídos também trabalhadores rurais, empregados domésticos e aqueles que atuam em empresas formais sem carteira assinada. Assim sendo, é importante destacar os critérios utilizados pelo IBGE para delimitar o setor informal:

- a delimitação do setor informal se dá baseada no conceito de unidade econômica, entendida como unidade de produção, e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas, que produzem bens e serviços para geração de rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- a ausência de registro não foi utilizada como critério para definição de setor informal, na medida em que a base do conceito de informalidade utilizado considera o modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não seu *status* legal ou a relação que mantém com as autoridades públicas;
- a definição de unidade econômica informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Mais um ponto interessante do estudo é que grande parte das empresas recorre a empréstimos bancários para capital de giro. E, em 53,59% dos casos, os empresários recorrem a instituições privadas. Segundo Petrillo (2005), são poucos

os bancos públicos que oferecem financiamento para esse setor e os que oferecem financiamento atuam com elevada burocracia. Num certo sentido, esse estudo comprova que a relação Estado/setor informal precisa ainda ser muito melhorada para amenizar os efeitos da pobreza no Brasil, segundo a perspectiva da OIT/PREALC.

A Tabela 2, a seguir, mostra detalhadamente dados da Pesquisa Economia Informal Urbana nos anos de 1997 e 2003. É notório que houve um crescimento significativo das empresas consideradas informais, 9,1%. Já o número de pessoas ocupadas nesse setor cresceu quase 8%, o que significa que anualmente mais de 165 mil novos trabalhadores vêm integrando o setor informal da economia.

Tabela 2 - Dados comparativos da Pesquisa Economia Informal Urbana 1997/2003

Brasil	1997	2003	Varição
Número de empresas do setor informal	9.477.823	10.335.962	9,1%
Número de pessoas ocupadas	12.870.421	13.860.869	7,7%
Receita média mensal (R\$)	2.183,00	1.754,00	- 19,6%
Percentuais de informais por ausência de emprego (%)	25	31	-

FONTE: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos - Economia Informal Urbana - 1997/2003 – Elaboração própria.

Um outro aspecto importante a ser analisado na Tabela 2 é que a receita média mensal dessas empresas sofreu uma variação negativa de 19,6%, talvez o crescimento do número de empresas informais tenha aumentado a concorrência entre elas, provocando um inchamento do setor e conseqüentemente a queda das receitas devido à falta de clientes. É oportuno destacar que o percentual de informais que se inserem nesse setor devido à ausência do emprego formal também aumentou consideravelmente.

O mercado de trabalho tem sofrido, desde o começo da década passada, forte impacto negativo decorrente do baixo crescimento da economia brasileira e da reestruturação produtiva. A taxa de desemprego aumentou e se mantém em níveis elevados, a ocupação industrial despencou, os empregos de boa qualidade foram reduzidos, as exigências para a contratação de assalariados cresceram, o salário real médio se contraiu e a auto-ocupação (ou auto-emprego) tem mostrado trajetória ascendente (PAMPLONA, 2004, p. 312).

Das empresas informais pesquisadas, 88% pertenciam a trabalhadores por conta própria (pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s)). Através da pesquisa é possível visualizar a distribuição regional dos trabalhadores do setor informal. A região sudeste destaca-se, sendo a região que concentra o maior número de trabalhadores, 44%, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 3 - Pessoas ocupadas no setor informal, por região e condição na atividade

Região	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Sem Declaração	Total	%
Sudeste	361.450	548.025	4.337.573	645.065	206.916	26.966	6.125.995	44,2
Sul	235.219	211.749	1.378.680	299.381	74.915	13.771	2.213.715	15,9
Nordeste	114.755	350.378	2.528.965	296.911	299.485	6.246	3.596.742	25,9
Centro-Oeste	57.472	109.634	581.778	111.382	52.759	5.915	918.942	6,6
Norte	28.403	118.563	687.633	95.545	72.888	2.445	1.005.475	7,2
Brasil	797.299	1.338.349	9.514.629	1.448.284	706.963	55.343	13.860.869	100,0

FONTE: IBGE – Economia Informal Urbana, 2003.

Para Cacciamali (2000), esse crescimento do setor informal no Brasil tem como causa a limitação dos empregos assalariados e a ausência de políticas públicas compensatórias; oportunidades de ganhos maiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação; o crescimento de atividades de serviços; a estratégia de sobrevivência para trabalhadores que apresentam dificuldades de reemprego ou de inserção no mercado de trabalho. Singer (2000) relata que

Para resgatar o trabalho informal da pobreza é necessário organizá-lo. Mas a forma de organização não pode ser o sindicato clássico, porque os informais não têm emprego regular, não são explorados por empresas em tempos permanentes, sendo antes vítimas da espoliação de intermediários, usurários, fiscais e policiais corruptos (SINGER, 2000, p.12).

De acordo com esse mesmo autor, a organização desses trabalhadores informais em cooperativas seria lucrativa porque esta tem por base a solidariedade entre seus

membros, o que impediria a concorrência entre eles. A figura dos Shoppings Populares em parceria com o poder público aparece também como uma alternativa de organização dos trabalhadores camelôs no sentido de proporcionar melhores condições de trabalho e renda para eles (SINGER, 2000).

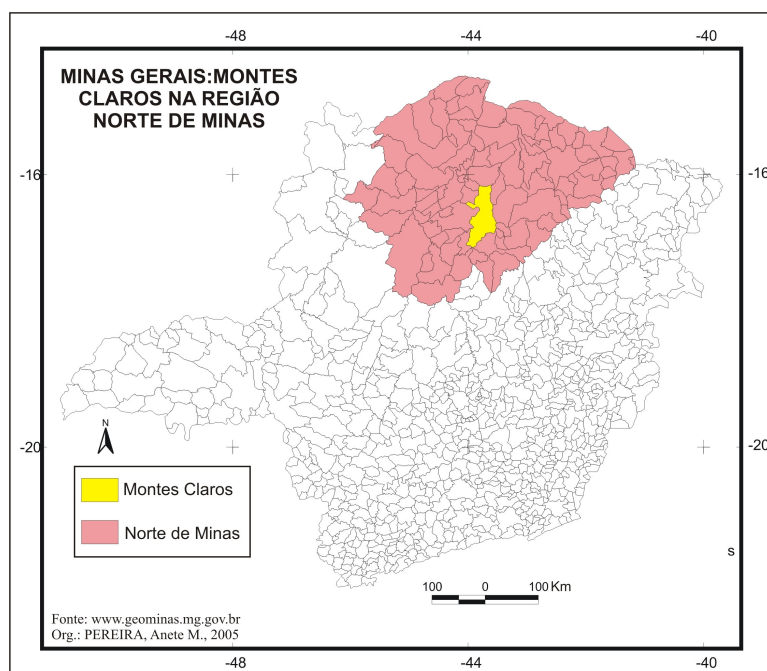
Enfim, pode-se dizer que a heterogeneidade é a principal característica desse setor informal no Brasil e, segundo argumentações de Pamplona (2004), a economia informal não é um eufemismo para a pobreza (embora a maioria dos engajados nela tenda a ser pobre). O informal pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO E O TERRITÓRIO DO COMÉRCIO EM MONTES CLAROS

A contextualização e a caracterização da cidade de Montes Claros são essenciais para discussão e análise da atividade do comércio em sua área central.

3.1 Montes Claros e sua localização estratégica

Montes Claros é o quinto município mais populoso de Minas Gerais e o primeiro da região Norte de Minas. Situa-se a 418 Km da Capital do Estado – Belo Horizonte e possui uma área total de 3.582 quilômetros quadrados, sendo 97 quilômetros quadrados de área urbana e 3.485 quilômetros quadrados de área rural. Montes Claros conta com uma população total de 342.586 habitantes (IBGE, 2005). Como escreveu Pereira (2004), Montes Claros é o único município da região com população superior a 100 mil habitantes, o que permite classificá-lo como um município de médio porte, segundo critérios do IBGE.



Mapa 1 - Minas Gerais/Norte de Minas. Localização do município de Montes Claros
FONTE: PEREIRA, 2005

Com a expansão do número de cidades no Norte de Minas, 89 (oitenta e nove) municípios (PEREIRA, 2004), Montes Claros tornou-se o centro mais desenvolvido da região. Atualmente, Montes Claros se destaca pelo desenvolvimento econômico proporcionado por conta da indústria têxtil, alimentícia, farmacêutica, do comércio e da prestação de serviços. Merece destaque o papel dos centros de ensino superior como a Universidade Estadual de Montes Claros e os serviços de saúde. Os quatro hospitais existentes na cidade são referência para toda a região.

Montes Claros possui também a maior renda per capita e o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região Norte de Minas Gerais, R\$ 245,43 e 0,783 respectivamente (IPEA, 2002). Todas essas características tornam-se fatores de atração demográfica.

3.2 A importância da atividade comercial em Montes Claros

Em um breve resgate histórico, verifica-se a importância que as atividades comerciais exercem na área urbana desde o surgimento do primeiro povoado que deu origem à cidade.

De fazenda de gado à Vila das Formigas, Montes Claros teve sua origem relacionada à caminhada dos Bandeirantes pelo Sertão Mineiro que, seduzidos pela esperança de conquistarem riquezas, aqui se fixaram construindo fazendas, que mais tarde se transformariam em cidades.

Segundo Braga (1985), a dotação de recursos naturais, de um lado, e o rigoroso fluxo de demandas originado na região das minas em franca expansão, do outro, estabeleciam parâmetros propícios a um rápido povoamento e desenvolvimento da região. Aliado a isso, acrescentam-se as estradas construídas por Antônio Gonçalves Figueira. Inicialmente, uma estrada ligando uma de suas propriedades à Tranqueira, na Bahia, passando por sua fazenda de Brejo Grande, no extremo

setentrional de Minas. Conectou, em seguida, Montes Claros com o São Francisco, na região onde se haviam fixado Matias Cardoso e sua gente, depois, com o rio das Velhas, e as cidades de Sabará, Pitangui e Serro, no coração da zona mineradora. Isso tudo fez com que Montes Claros se tornasse o maior centro comercial de gado na região Norte de Minas.

O setor terciário, do qual o comércio faz parte, destaca-se em Montes Claros desde o início do Século XVIII. Segundo Paula (1980), o comércio foi a mola real do pequeno arraial de Formigas, a razão principal de seu desenvolvimento extraordinário em relação às povoações vizinhas. Pereira e Leite (2005b, p.75) acrescentam que “[...] já no século XIX Montes Claros era conhecida como a capital do sertão mineiro, se destacando no cenário regional pela intensa função comercial que desempenhava.”

Com a chegada do Trem de Ferro em Montes Claros em 1926, houve uma aceleração do setor comercial da cidade, pois facilitou a ligação com outras localidades, além de constituir um meio de transporte tanto de pessoas como de mercadorias, impulsionando o desenvolvimento da região. Dessa forma, constitui-se um marco de implantação e expansão do comércio, pois Montes Claros tornou-se um ponto de passagem obrigatório para a Região Nordeste (LESSA, 1993).

Devido à sua localização geográfica e o crescimento do sistema viário, Montes Claros é hoje considerada um entroncamento rodoviário¹¹, o que lhe propicia uma posição de destaque no espaço regional e nacional.

3.3 Processos de exclusão e desigualdade sócio-espaciais

Assim, como outras cidades de porte médio, Montes Claros convive com profundos processos de exclusão e desigualdade sócio-espaciais que se constituem em entraves para o desenvolvimento. Por ser considerada centro regional e

¹¹ O Plano Rodoviário Nacional classificou a cidade de Montes Claros como o 2º entroncamento rodoviário do país – Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Montes Claros (2007).

desempenhar um importante papel na região, recebe migrantes de várias outras cidades. Pereira e Almeida (2002, p. 19) ressaltam que “Montes Claros absorve os migrantes da região Norte e Noroeste de Minas e de parte do sul da Bahia, em função do seu papel de centro regional.”

Esses migrantes se deslocam para Montes Claros à procura de melhores condições de vida, o que inclui principalmente conseguir um emprego, mas muitas dessas pessoas não são absorvidas pelo mercado de trabalho. Assim é possível verificar em Montes Claros um aumento significativo da informalidade.

Verifica-se nessa cidade, a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, como a informalidade do setor de serviços e a favelização alterando a paisagem urbana. Essa cidade expressa, na atualidade, as profundas desigualdades existentes na sociedade brasileira, simbolizando não mais apenas a modernização, o lado avançado de uma região pobre, mas também a marginalidade, a segregação sócio-espacial, a degradação ambiental e a violência (PEREIRA, 2004, p. 27).

Assim, em Montes Claros a oferta de mão-de-obra passou a ser maior que a de empregos, o que contribui para que o fenômeno da informalidade esteja presente em todos os pontos da cidade, configurando-se como uma oportunidade de emprego e até mesmo de subsistência para uma grande maioria, pois um elevado percentual da população montesclareense que crescia em função do processo migratório e que não se enquadrava como mão-de-obra para as indústrias teve de buscar uma ocupação que proporcionasse a sobrevivência.

Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente e, correlatos a ela, estão o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado. Parte da população não possui renda suficiente para pagar o seu aluguel e muito menos comprar um imóvel; na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente (CORRÊA, 1995, p.29).

Essa situação de desemprego e subemprego elevou-se, principalmente depois do agravamento do setor industrial, que se encontra parcialmente desativado, em função da ausência de incentivos governamentais, culminando no crescimento do setor informal. O índice de indústrias que migrou para outras regiões em busca dos

ditos incentivos é muito elevado, deixando no município um grande número de galpões desocupados que chegam a receber a denominação local de “cemitério industrial”¹².

O processo de exclusão social retrata a questão de que hoje já não se pode mais confundir crescimento com desenvolvimento. A cidade cresceu, mas o seu desenvolvimento está muito aquém do ideal. Como observa Esteva (2000), qualquer processo de crescimento que não leve à satisfação das necessidades básicas, ou pior, que prejudique essa satisfação, é uma imitação grotesca da noção de desenvolvimento.

Ao se rediscutir o conceito de desenvolvimento social aplicado à cidade de Montes Claros, verifica-se que, segundo Pereira e Leite (2005a), a estratégia desenvolvimentista viabilizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - contribuiu para a formação de novas espacialidades sem, contudo, alterar o quadro de exclusão social e o baixo padrão de vida da população.

Costa (2004), por sua vez, também afirma que em Montes Claros se dá a implantação de atividades industriais intensivas em capital, pouco absorvedoras da mão-de-obra regional migrada para a cidade, formando um imenso exército de reserva de trabalhadores que força os salários para baixo. O autor conclui sua interpretação afirmando que o emprego que era a principal necessidade da população não se verificou, pois um número elevado de habitantes da cidade permaneceu ou permanece desempregado ou subempregado.

Em Montes Claros o processo de urbanização foi acelerado e desordenado, conforme mostram os dados a seguir.

¹² Termo usado para fazer referência ao grande número de indústrias desativadas no Distrito Industrial de Montes Claros – MG.

Tabela 4 - Montes Claros – evolução da população urbana – 1960/2000

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.154	31.332	116.486
1980	155.483	22.075	177.558
1991	250.573	30.969	281.545
2000	289.183	17.764	306.947

FONTE: IBGE. Censos demográficos.

A Tabela 4 evidencia ainda que a maior parte da população de Montes Claros vive na cidade. Conseqüentemente, os desempregados ou subempregados concentram-se em sua maioria na área urbana, daí a estreita relação existente entre espaço urbano e informalidade.

3.4 O comércio informal em Montes Claros

Os processos de exclusão sócio-espaciais refletiram na elevação do número de ambulantes que se instalaram na área central da cidade, ocupando espaços destinados a outros tipos de uso. O tipo de comércio que se estabeleceu tem origem na compra clandestina de produtos de origem asiática que, dentro da concepção globalizadora, atendem de imediato às condições financeiras da população carente, a qual, segundo Santos (2003), vive a fábula da informação condicionada pela mídia.

A disseminação do comércio/trabalho informal na área central de Montes Claros através dos camelôs e ambulantes começou em meados da década de 1980, considerada a década perdida pelos altos índices de inflação e baixo crescimento econômico. Esse comércio informal territorializou-se em duas grandes áreas: praça Doutor Carlos Versiane e a Avenida Coronel Joaquim Costa.

A praça Doutor Carlos, por ser a área de convergência do centro principal, e a ocupação da Avenida Coronel Joaquim Costa ocorreu depois da mudança do Mercado Municipal, que antes funcionava naquela área, para a Avenida Deputado Esteves Rodrigues; alguns comerciantes sob o pretexto de que teriam prejuízos nas vendas no novo mercado preferiram ali se estabelecerem, comercializando diversos tipos de produtos.

Dessa forma, a região central começou a apresentar um aumento desmesurado da geração de resíduos sólidos, oriundos principalmente do comércio ambulante, dado a sua expansão, não acompanhado pelas políticas públicas municipais até então, culminando na destruição quase total da praça Dr. Carlos Versiane, que ocupa posição de destaque por se localizar na porção central onde polariza todo o comércio.

Nesse espaço urbano, o fenômeno da informalidade se intensificou, confirmando uma apropriação da área por aqueles que, de certa forma, estão excluídos do mercado formal de trabalho. Sobre esse assunto, o espaço urbano nas cidades capitalistas, observa-se que:

É no espaço urbano que se reproduz a contradição. É, sobretudo, a divisão social do trabalho que diferencia o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os que se apropriam do espaço. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica (CARLOS, 1997, p.28).

A área central da cidade vista como uma teia viva de relações sociais sempre teve uma vocação para o comércio:

Percebemos também que os projetos de urbanização da cidade estavam, em sua maioria, voltados para a parte central da cidade, especificamente em volta das praças Doutor Carlos e Matriz, onde de fato se encontravam as residências e os comércios dos “coronéis” e “doutores” da cidade (BRITO, 2002, p. 78).

A praça Doutor Carlos Versiane foi construída em 1917, sendo que as maiores casas comerciais da cidade estavam localizadas no entorno dessa praça. Até hoje ela ainda não perdeu essa característica de polarizar o comércio da área central. O

local onde funciona o Shopping Popular já foi o Mercado da cidade, considerado uma construção imponente onde se comercializava de tudo um pouco.

Vale ressaltar que, nos arredores do mercado, pessoas de várias localidades se reuniam para comprarem e venderem, ao mesmo tempo. Assim, surgiram os estabelecimentos comerciais denominados de “secos e molhados” (produtos alimentícios, armazéns, armarinhos e lojas onde se vendia de tudo). A figura a seguir ilustra um pouco toda essa movimentação.



Figura 1 - Mercado Municipal de Montes Claros na Praça Dr. Carlos Versiane (hoje Shopping Popular)

FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com>. Acesso em jan. 2007.

Segundo Matos (1996), no calçadão da parte de trás do mercado, onde os feirantes amarravam os animais, havia tanto movimento que até poderia ser considerada uma central de compras da época.

A figura a seguir mostra a quantidade de animais que ficavam amarrados atrás do mercado, enquanto seus donos comercializavam.



Figura 2 - A boiada no fundo do Mercado Antigo

FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007

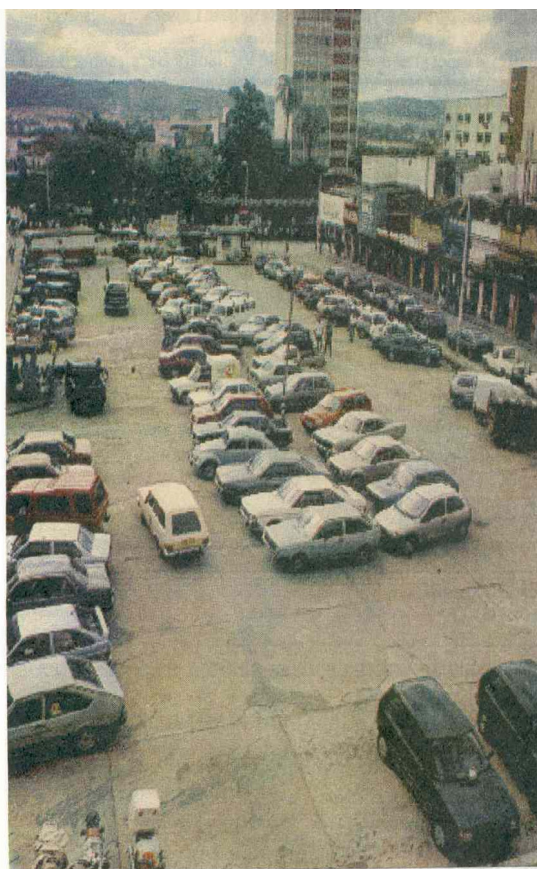
Em 1967, o mercado foi demolido e o local transformou-se em um estacionamento de veículos denominado “Cimentão”. Além de ocupar uma grande área, essa atividade é considerada de baixo retorno econômico o que caracteriza uma subutilização do espaço. Depois foi construído no local o Shopping Popular, inaugurado em março de 2003.

As fotografias a seguir mostram como esse espaço da área central de Montes Claros passou por vários processos de ocupação, sempre voltados para atividades comerciais. Mercado, área de estacionamento e atualmente o Shopping Popular.



Figura 3 - Mercado Antigo, 1944

FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007



Local onde foi demolido o mercado, hoje estacionamento mal aproveitado, ocupando a área mais nobre da cidade de Montes Claros.

Figura 4 - Praça do Cimentão - 1997

FONTE: Acervo sob custódia DPDOR/Unimontes.



Figura 5 - Shopping Popular Mário Ribeiro Silveira - 2006 - Montes Claros - MG
FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007

3.5 A centralização e a descentralização das atividades comerciais em Montes Claros

A cidade de Montes Claros, como qualquer outra cidade capitalista, caracteriza-se por diferentes usos do espaço urbano e, segundo Corrêa (1995), são esses usos que definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão. Segundo Pereira e Leite:

O conhecimento empírico da cidade de Montes Claros deixa evidente uma situação de uso misto generalizado, dando a impressão de que as atividades não residenciais urbanas encontram-se combinadas com as residenciais. Entretanto, quando se analisa com mais atenção as formas de apropriações e usos que se valoram de maneira diferenciada, os movimentos e os fluxos existentes no espaço urbano percebe-se que este é, simultaneamente, segmentado e articulado (PEREIRA; LEITE, 2005a, p. 3).

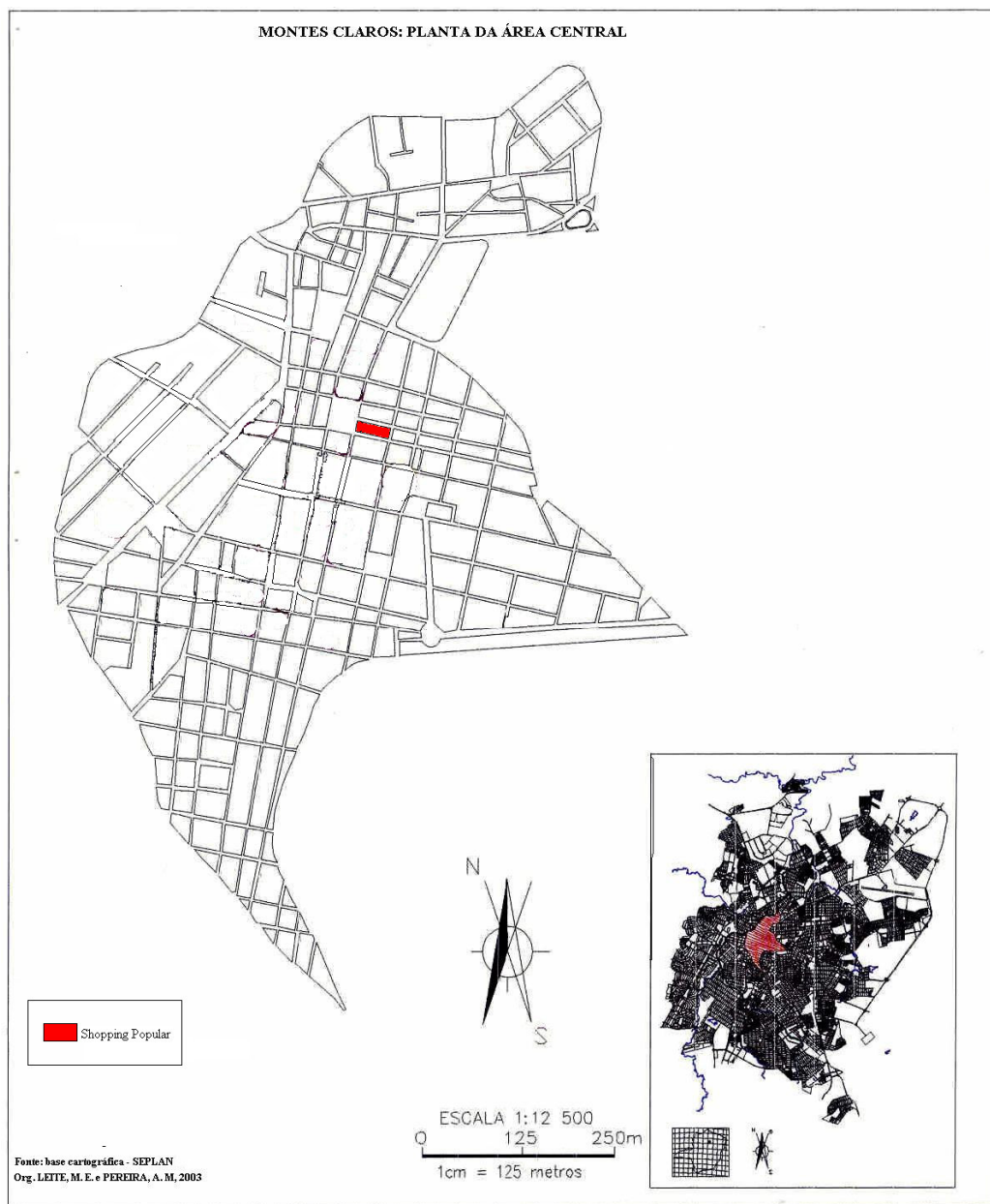
O centro de Montes Claros é resultante de dois processos espaciais explicitados por Corrêa (2001): centralização e descentralização. A centralização, segundo ele, é onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos. A descentralização é um processo mais recente que o da centralização e visa diminuir a excessiva centralização que causa alguns problemas espaciais e econômicos, a saber: aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem capacidade de se manterem localizadas na área central; congestionamento e alto custo do sistema de transportes e comunicações que dificulta e onera as interações entre firmas; dificuldade de obtenção de espaço para expansão; restrições legais implicando na ausência de controle do espaço; ausência ou perda de amenidades, afetando atividades e população de alto *status*.

Assim, percebe-se que a descentralização na cidade de Montes Claros está relacionada ao crescimento dela, tanto demográfica quanto espacialmente, e que alguns atrativos contribuíram para incentivar esse processo, conforme destaca Corrêa (2001, p. 126):

- terras não-ocupadas, a baixo preço e impostos;
- infra-estrutura implantada;
- facilidades de transportes;
- qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem;
- amenidades físicas e sociais;
- mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada.

A área central de Montes Claros representa um lugar irradiador de negócios, comércios e sociabilidade, sendo também nessa área que está o foco de transportes intra-urbanos, ou seja, o centro comercial serve como corredor de tráfego dos ônibus coletivos, recebendo-os e distribuindo-os, contando com inúmeros pontos de paradas, em especial na praça Doutor Carlos Versiane, o que faz dessa região central uma área atrativa para as atividades de comércio e de serviços. Dessa forma, os valores da terra urbana aí localizadas são elevadíssimos o que remete

novamente ao espaço ocupado pelo Shopping Popular ser considerado um dos metros quadrados mais caros, se não o mais caro da cidade.



**Mapa 2 - Área Central de Montes Claros – MG:
localização do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira**
FONTE: Base Cartográfica - SEPLAN – MG.
Organização: PEREIRA; LEITE (2005b)

A instalação do Shopping Popular no centro comercial de Montes Claros representa um novo viés dado à questão da descentralização geográfica da função comercial, ou seja, há uma tendência nas cidades médias do porte de Montes Claros de ocorrer uma descentralização dessas atividades. Aqui o desenvolvimento urbano/comercial seguiu as duas vias: descentralização e centralização, principalmente no que se refere aos circuitos da informalidade.

Até o final da década de 1980, a área central da cidade atendia aos dois tipos de usos: residencial e comercial. Hoje, prevalece o uso comercial e predominam as atividades como o comércio varejista e, segundo Corrêa (2001, p. 121), “[...] essas atividades se destacaram porque conseguiram transformar acessibilidade em lucro, ou seja, estão localizadas em áreas onde a movimentação das pessoas é muito grande.”

De acordo com Corrêa (2001), a área central constituía e ainda constitui, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização de lucros e, segundo Castells (1983), o centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada dessas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores.

Comunicação essa que pode envolver, segundo Santos (2002), atores hegemônicos e hegemônicos¹³, ou seja, a espacialidade do comércio e a produção/reprodução do espaço urbano acontecem de forma coletiva, através de diferentes agentes produtores que, de acordo com Corrêa (1995), são: proprietários fundiários, construtores, imobiliárias, grupos sociais excluídos e principalmente o Estado. Esses agentes produtores do espaço urbano agem de acordo com a orientação do modo de produção capitalista. Portanto, pode-se dizer que há uma atuação do poder público na implementação de infra-estrutura que propiciará as relações capitalistas, mesmo quando se tratar de trabalhadores informais que estão incluídos de forma precária no mercado de trabalho.

¹³ Milton Santos usa esse termo atores hegemônicos quando se refere aos excluídos, os não excluídos seriam atores hegemônicos.

Talvez ainda seja um pouco cedo para afirmar que a área central de Montes Claros passou por um processo de revitalização e inclusão ao mesmo tempo. Inclusão no sentido de que o centro não pode ser um lugar exclusivo das elites (aqueles que detêm o poder econômico), pois também seria o lugar de resistência, sobrevivência. De acordo com Padre Júlio Lancelloti em entrevista ao Instituto Polis (2006), a cidade deve ser rearranjada com tudo o que tem, não só com o que se deseja e, no caso de Montes Claros, esse rearranjo foi possível com a construção do Shopping Popular, pois ele reterritorializou os camelôs, que haviam sido desterritorializados da praça Doutor Carlos Versiane.

Partindo desse ponto de vista, o Shopping Popular está inserido no circuito comercial da cidade, bem como nos circuitos comerciais da informalidade pelo que permite vender e negociar, dentro do espaço da cidade. Nesse contexto, percebe-se a relação entre economia informal e centralidade urbana, pois, segundo Montessoro (2004), a melhor localização para atividades do setor terciário será onde a circulação de pessoas for bastante intensa, já que estas garantirão o consumo dos produtos e serviços existentes. Assim, esses trabalhadores informais procuram lugares centrais para se estabelecerem. Sobre esse assunto a autora abaixo comenta:

No és una causalidade que los ambulantes busquem con frecuencia una ubicación central y calles muy concurridas, Los ambulantes suelen oponerse a las tentativas de los gobiernos de desalojarlos de los lugares centrales, o al menos buscan la negociación de compensaciones equivalentes a la "renta" perdida (POLÉSE, 1998, p.338).

Em Montes Claros, o Shopping Popular teve esse efeito de reforçar a centralidade do centro principal, ou seja, foi projetado pela elite que dominava o poder público e que modificou o cenário urbano da área central sem, contudo, alterar a vocação comercial do centro. E, para o encerramento deste capítulo, reforça-se a idéia de que o centro de Montes Claros, espaço do comércio e também da informalidade, é considerado divergente e convergente ao mesmo tempo.

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior

da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPÓSITO, 1991, p. 6).

Assim, fica mais fácil entender a importância da localização do Shopping Popular. Ele está inserido em uma área comercial dinâmica, de fácil acesso e onde o fluxo de pessoas é elevado, tudo que o comércio informal precisa para se estabelecer. O Shopping Popular, construído para abrigar o comércio dos camelôs, tem uma dimensão organizacional informal, se consolida como alternativa de trabalho, ou seja, de sobrevivência para uma parcela de excluídos que passam a integrar este setor da economia, refletindo a questão da desigualdade social do espaço urbano capitalista expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida.

Enfim, o Circuito Superior e Inferior da Economia na área central de Montes Claros oferecem certa dificuldade para análise, por lá ser um ponto onde se encontram todas as camadas sociais.

CAPÍTULO 4 – O CASO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o Shopping Popular e interpretar os resultados encontrados na pesquisa empírica, à luz da teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana: o Circuito Superior e o Circuito Inferior.

4.1 Caracterização geral do Shopping Popular

O Shopping Popular foi inaugurado no início do ano de 2003, construído pelo poder público municipal através da construtora Engest Ltda. Para a realização desse empreendimento, demandaram-se investimentos da ordem de 4 milhões de reais, oriundos de uma dívida que a prefeitura tinha com a previdência dos servidores públicos municipais.

O Shopping Popular possui uma área total de 2.395,87 metros quadrados, localizada entre as ruas Dr. Santos (Praça Doutor Carlos Versiane), Rui Barbosa, São Francisco e Coronel Antônio dos Anjos, com 267 lojas, e estacionamento para 110 automóveis. As lojas possuem em média 6 metros quadrados com pequenas variações que oscilam de andar para andar. É quase como se fosse uma banca transportada das ruas para o Shopping. Possui dois acessos principais, um pela Praça Doutor Carlos e o outro pela rua São Francisco; o acesso via estacionamento é direcionado para a rua Coronel Antônio dos Anjos.

Possui também uma iluminação zenital (natural) o que permite economia de energia. A circulação dentro do Shopping Popular é possível através de rampas, de elevador panorâmico e também de escadas, mas os consumidores utilizam mais as rampas. Mesmo com todas essas facilidades de trânsito dentro do Shopping Popular, os comerciantes dos últimos andares reclamam que vendem menos do que os que

estão instalados no primeiro piso. Para amenizar esse problema, há um projeto para instalar um ambiente¹⁴ que atraia os consumidores para o quarto andar.

O Shopping Popular é um elemento que destoa do entorno onde está inserido, ou seja, das praças, das lojas, dos outros prédios. É todo revestido de cerâmica branca o que contribui para que ele fique mais neutro, numa tentativa de mimetizar com o ambiente da área. O desenho arquitetônico, o aço e os orifícios circulares que circundam toda a construção fizeram com que a população local o apelidasse de “Titanic” devido a sua semelhança com um navio de grande porte.

Na área interna do Shopping existe um jardim que torna o espaço mais fresco, agradável, aconchegante e harmonioso em contraste com a arquitetura fria dos componentes metálicos. A arquitetura arrojada cria um certo *status* para os comerciantes/camelôs, agora chamados de lojistas, e apesar de inicialmente ter causado um impacto na população, ele conseguiu atender o objetivo para o qual foi elaborado.

Excetuando-se o espaço físico das lojas do Shopping Popular, percebem-se semelhanças deste com os famosos Shoppings Centers Centrais que surgiram na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 60 do século XX, em áreas centrais em processo de deterioração. A colocação a seguir ilustra bem essa situação:

Os shoppings centers nas áreas centrais tradicionais participaram do processo de revitalização tanto na Europa como nos EUA. Tiveram como elemento diferencial a verticalidade, em decorrência da escassez de área e do preço do solo. Os estacionamentos eram subterrâneos para ocupar menos área (VARGAS, 2001, p. 259).

Assim, nota-se que revitalização de área central acontece tanto no Brasil, como também em outros países. Percebe-se que, em Montes Claros, não há a tendência imediata de enfraquecimento do centro principal. As novas centralidades existem e são dinâmicas, mas o centro ainda expressa sua força, seja através das atividades comerciais, seja através do setor terciário.

¹⁴ Esse ambiente seria algo parecido com uma praça de alimentação existente nos Shoppings Centers tradicionais, só que em pequenas dimensões.

Dessa forma, verifica-se que existiam muitas condições favoráveis para a instalação do shopping, dentre algumas, podem-se citar: fácil acessibilidade, grande movimento de pessoas e ponto de convergência dos transportes intra-urbanos.

4.2 Leis que regulamentam o funcionamento, administração e gerenciamento do Shopping Popular

Em Montes Claros, a primeira legislação que amparou legalmente e estabeleceu as regras para a instalação dos camelôs/ambulantes¹⁵ no Shopping Popular foi a Lei nº 3.076 de 27 de dezembro de 2002, na gestão do prefeito Jairo Ataíde Vieira.

De acordo com o art. 3º da referida Lei, somente comerciantes ambulantes é que teriam permissão de uso das lojas, tendo que necessariamente atender aos seguintes requisitos:

- I – exercícios de atividades comerciais nos logradouros públicos localizados no Centro Comercial de Montes Claros;
- II – estar cadastrado na Secretaria Municipal de Serviços e Atividades Urbanas e na Associação dos Ambulantes e Camelôs de Montes Claros como comerciante ambulante;
- III – não ser proprietário ou sócio-proprietário de qualquer outro estabelecimento comercial;
- IV – possuir autorização concedida pelo Poder Público Municipal.

Depois de celebrados os contratos de concessão onerosa de que trata a referida Lei, em seu art. 4º, o Poder Executivo Municipal firmou contrato de permissão de uso das lojas do Shopping Popular obedecidos os seguintes critérios:

- I – serão admitidos como permissionários apenas comerciantes ambulantes que atendam aos requisitos constantes no Art. 3º, desta Lei;
- II – terão precedência os comerciantes ambulantes localizados nos logradouros públicos, definidos como prioritários pelo Executivo Municipal, através de decreto expedido pelo Prefeito Municipal;

¹⁵ Embora se tenha feito anteriormente uma diferenciação entre camelô e ambulante, manter-se-á neste ponto o texto original da legislação pertinente ao processo de implantação do Shopping Popular que utiliza os termos como sinônimos.

III – não serão admitidos como permissionários comerciantes que atuem no comércio formal;

IV – a definição da ocupação das salas dar-se-á mediante sorteio nos termos do que for previsto em regulamento a ser expedido pelo chefe do Poder Executivo;

V - a permissão será onerosa nos termos definidos por esta Lei, devendo os permissionários contribuir, ainda, com taxa condominial.

Em relação ao inciso II, os espaços públicos considerados como prioritários pelo Poder Executivo para a desocupação efetiva dos comerciantes/camelôs foram a Praça Doutor Carlos Versiane e a rua Coronel Joaquim Costa.

4.3 Do aluguel das lojas

Na gestão do Prefeito Athos Avelino Pereira (2005 a 2008) foi sancionada a Lei nº 3.639 de 25 de agosto de 2006 que confirmou os valores dos aluguéis estabelecidos pela Lei 3.076, de 27 de dezembro de 2002, e estabeleceu ainda o seguinte em seu artigo 3º, inciso IV:

Art. 3º - Os ocupantes dos espaços destinados a: lojas, estandes ou outros espaços livres, desde a data de 31/12/2004 e que ainda se encontram instalados terão preferência de permissão de uso, desde que atendida as condições definidas nesta Lei.

O inciso IV diz que a permissão de uso será onerosa, conforme o preço de avaliação de mercado, submetido a uma Comissão denominada de “Comissão Shopping Popular” que será formada pelos seguintes membros, a saber:

- a) pelo Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- b) pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;
- c) 03 (três) representantes do grupo de lojistas;
- d) 03 (três) representantes do Conselho Municipal de Previdência;
- e) pelo Diretor Executivo do PREVMOC; e
- f) 01 (um) representante do Poder Legislativo.

De acordo com o § 3º desse mesmo artigo, os preços dos aluguéis ficaram assim estabelecidos:

- a) R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) mensais até 01/03/2007;
- b) R\$ 100,00 (cem reais) mensais a partir desta data, com duração de um ano.

O índice de correção referido acima não poderá, em nenhuma hipótese, ser superior ao índice oficial de inflação definido pelo Governo Federal.

Além do aluguel, há também uma taxa condominial por loja de mais ou menos R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, valor calculado com base na média dos últimos doze meses. O valor do condomínio engloba despesas referentes a água, luz, segurança externa e interna, limpeza das áreas interna e externa como rampas, elevadores, escadas, calçadas, etc.

E ainda de acordo com o artigo 4º, § 5º da referida Lei, poderá a Comissão do Shopping Popular estabelecer critérios de valoração do condomínio, conforme o reflexo econômico e localização do espaço e de consumo diferenciado de energia elétrica, respeitada a tabela de cálculo de consumo de equipamentos, conforme fórmula: Quantidade X potência X tempo X dias de utilização.

4.4 Produtos comercializados

Os produtos comercializados no Shopping Popular são provenientes de diversas origens, como atacadistas ou varejistas legalmente estabelecidos ou não, de fabricantes formais e também de fabricantes informais, de fabricação própria (uma minoria), de produtos originados de contrabando e também de produtos pirateados¹⁶. Assim, é possível perceber que existem importantes interações entre o comércio praticado no Shopping Popular e outros segmentos da economia.

¹⁶ Trata-se na verdade de mercadorias que, não passando pelo controle institucional de tributação, são produzidas e comercializadas muitas vezes por um conjunto de trabalhadores que estão inseridos em um contexto de precarização que atinge as mais diversas instâncias: os espaços produtivos e reprodutivos do mundo do trabalho. (RODRIGUES, 2005)

No Shopping Popular, os produtos pirateados ocupam posição de destaque, devido à grande quantidade de lojas que comercializam CDs e DVDs produzidos de modo não convencional. Bertolucci, ao caracterizar esses novos espaços comerciais, menciona que,

A forma pela qual estes “shopping centers” da “pirataria”, do contrabando e de várias outras mercadorias nacionais vão se estabelecendo não segue um padrão em termos estéticos, nem voltado apenas para comerciantes de baixo padrão. Vê-se que buscam lugares onde o fluxo de pessoas seja significativo, como nas proximidades das praças centrais e do terminal central do sistema integrado de transporte coletivo (BERTOLUCCI, 2005, p. 81).

Essa questão da pirataria já não é um problema existente somente nas grandes capitais, as cidades médias também já estão inseridas nessa problemática. Segundo Rodrigues (2005, p. 2), “[...] a pirataria de Cds chegou a um estágio tão acentuado que inúmeras ações de fiscalização têm sido implantadas pelo governo federal.” O Shopping Popular foi alvo de ação policial no mês de março de 2006; abaixo algumas manchetes de jornais locais, no dia seguinte às apreensões:

Policiais militares e 43 oficiais de justiça fecharam o Shopping Popular de Montes Claros e apreenderam milhares de DVDs piratas, ontem pela manhã. Durante a operação, 43 lojas foram fiscalizadas, atendendo a um mandato judicial expedido pelo juiz Frederico do Espírito Santo, da 2ª vara criminal de Montes Claros. O processo foi movido pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual, com sede em São Paulo. (Jornal Gazeta Norte Mineira – 29/03/06, p. 10 – Mariana Figueiredo).

Aproximadamente 40 mil CDs e DVDs piratas foram apreendidos ontem, em Montes Claros, em 55 lojas que comercializavam os produtos. O principal foco da ação foi o Shopping Popular. A operação mobilizou 33 militares e várias viaturas, e parou a área central da cidade. É a primeira operação de combate ao Shopping popular, que se transformou no “camelódromo” de Montes Claros. (Jornal Hoje em Dia – 29/03/06, p. 19 – Girleno Alencar)

Eram quase nove horas, quando 23 oficiais de justiça entraram no estabelecimento comercial, apoiados por dezenas de policiais, para apreender CDs e DVDs piratas [...] A exemplo de outras cidades onde também tem ocorrido o combate à pirataria, as portas do estabelecimento foram fechadas e ninguém pôde mais entrar no local até o final da tarde de ontem, quando o Shopping Popular ainda permanecia interditado. (Jornal de Notícias – 29/03/06 – p. 17 – Lucilene Porto).¹⁷

¹⁷ Devido a essa ação policial, a pesquisadora enfrentou problemas de acesso aos informantes, pois eles temiam que a entrevista fosse uma investigação disfarçada.

Alguns lojistas que ocupavam o segundo e terceiro pisos conseguiram fugir da fiscalização, fechando suas lojas antes da chegada dos fiscais. Por isso, no dia seguinte às apreensões, esses lojistas continuaram a comercializar normalmente esses produtos pirateados.

Indignados com as apreensões e sentindo-se injustiçados, alguns lojistas se manifestaram.

Essa mercadoria ainda não foi paga, a justiça apreende e quem vai pagar? Como vou arrumar dinheiro? Por que não fecham as fronteiras e impedem de entrar no país os ônibus contrabandeados, então? Tudo aqui no Shopping é contrabandeado, então tem que acabar com ele, para a gente voltar para a rua. O que estão fazendo é uma injustiça.

Transcorridos nove meses desse acontecimento, percebe-se que os lojistas já não estão tão radicais quanto à questão do comércio de produtos pirateados. Estão pensando em alternativas de substituírem esses produtos por outros, viabilizando a formalização do seu negócio. Mesmo porque, em 2007, a informalidade terá que ser substituída pela formalização do negócio.

4.5 Análise das entrevistas

O estudo a seguir foi elaborado a partir de entrevistas com lojistas do Shopping Popular realizadas entre novembro e dezembro de 2006. Ao todo foram feitas 50 entrevistas em todo o Shopping. O foco das entrevistas foi o de buscar identificar o perfil dos lojistas instalados no Shopping Popular, bem como as características das atividades comerciais lá praticadas. Com relação à análise, englobou-se nessa categoria: características dos proprietários, características demográficas, aspectos financeiros, acesso a crédito, organização, custos, renda, ajuda governamental, formas de venda, formação de preços, existência de registros contábeis, dentre outros.

Entrevistas *in loco* permitiram observações diretas como, por exemplo, os tipos de produtos comercializados pelos lojistas, a presença de empregados dentro das lojas, o movimento dos consumidores nos diversos pisos do Shopping. Sobre esse último aspecto, percebe-se nitidamente que existe uma diferenciação de vendas nos quatro andares, ou seja, no último andar o movimento dos consumidores é menor e conseqüentemente as vendas também.

Observa-se que os consumidores que freqüentam o Shopping Popular não se restringem somente à população pobre ou de baixo poder aquisitivo, pois pessoas com um maior poder aquisitivo também freqüentam o local. Quanto à qualidade dos produtos, pode-se verificar que antes estes eram considerados de qualidade inferior quando comparados aos vendidos no comércio formal, hoje já não existe mais tanta diferença em relação aos vendidos nas lojas.

Os dados coletados foram agrupados e discutidos de acordo com o objetivo de cada tabela e/ou gráfico. Foram feitos também alguns cruzamentos de dados para melhor interpretação dos dados.

4.5.1 Perfil dos lojistas

Na Tabela 5, a seguir, vê-se a distribuição dos lojistas entrevistados segundo o sexo e a idade. Os entrevistados apresentam um predomínio de mulheres (64%). Martins e Dombrowski (2000, p.25) analisam o predomínio das mulheres em atividades informais da seguinte forma “[...] observa-se que as mulheres são alvo de maior discriminação e encontram mais dificuldade para conseguir emprego regular e acabam se dirigindo com maior freqüência para o setor informal.”

Tabela 5 - Distribuição por sexo dos lojistas integrantes da amostra

	N	%	% válido	% acumulado
Masculino	18	36,0	36,0	36,0
Feminino	32	64,0	64,0	100,0
Total	50	100,0	100,0	

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Santos (1979) também corrobora com essa idéia, pois ao descrever o Circuito Inferior da economia dos países subdesenvolvidos relata que as atividades do comércio freqüentemente são ocupadas por mulheres vendedoras.

Esses dados são consonantes com a pesquisa apresentada pelo IBGE (2006), na qual os resultados apontaram que, nos últimos dez anos, a chefia feminina na família aumentou cerca de 35%, de 22,9% em 1995, para 30,6% em 2005 e também esse percentual maior das mulheres em relação aos homens decorre das facilidades em manter uma loja no Shopping ao invés das ruas, porque, nas ruas, elas teriam que montar barracas, transportar mercadorias, riscos de assaltos, sendo que, no Shopping Popular, esse problema é relativamente diminuído.

Um outro aspecto discutido sobre a inserção das mulheres nesse tipo de mercado de trabalho é apontado por Antunes (1999, p. 108), “[...] a expansão do trabalho feminino tem se verificado, sobretudo no trabalho mais precarizado, marcado por uma informalidade ainda mais forte.”

Conforme indica o Gráfico 1, a seguir, a distribuição dos entrevistados, segundo os grupos de idade, mostra que os maiores percentuais estão situados entre 25 a 39 anos, entre os homens, e 40 a 59 anos entre as mulheres.

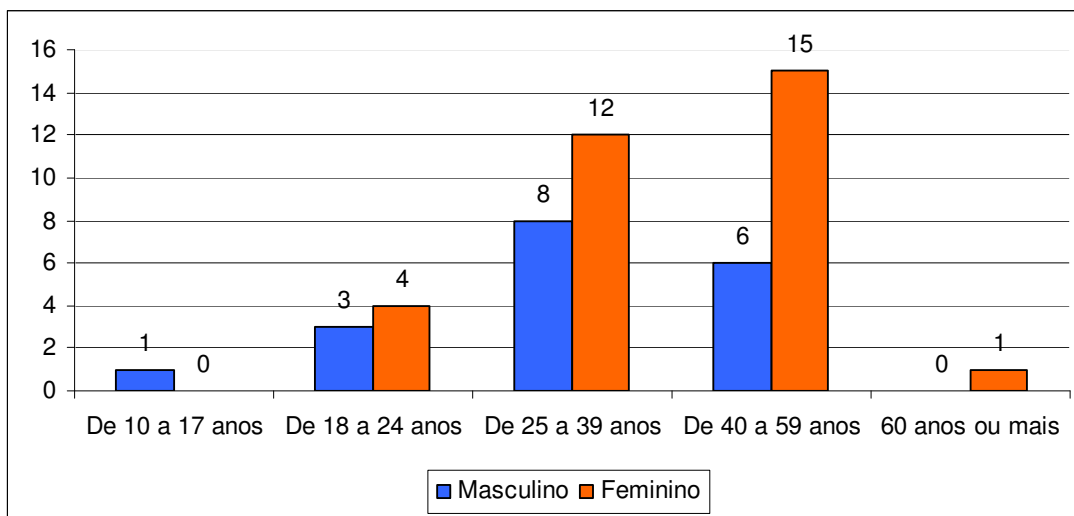


Gráfico 1 - Idade segundo o sexo dos lojistas integrantes da amostra

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Conforme mostra o Gráfico 2, o nível de escolaridade preponderante dos lojistas também é o mesmo para ambos os sexos: ensino médio completo. Importante ressaltar que 14% do total dos lojistas entrevistados têm nível superior completo e 8% nível superior incompleto, sendo que os 14% que têm nível superior completo, são compostos por mulheres.

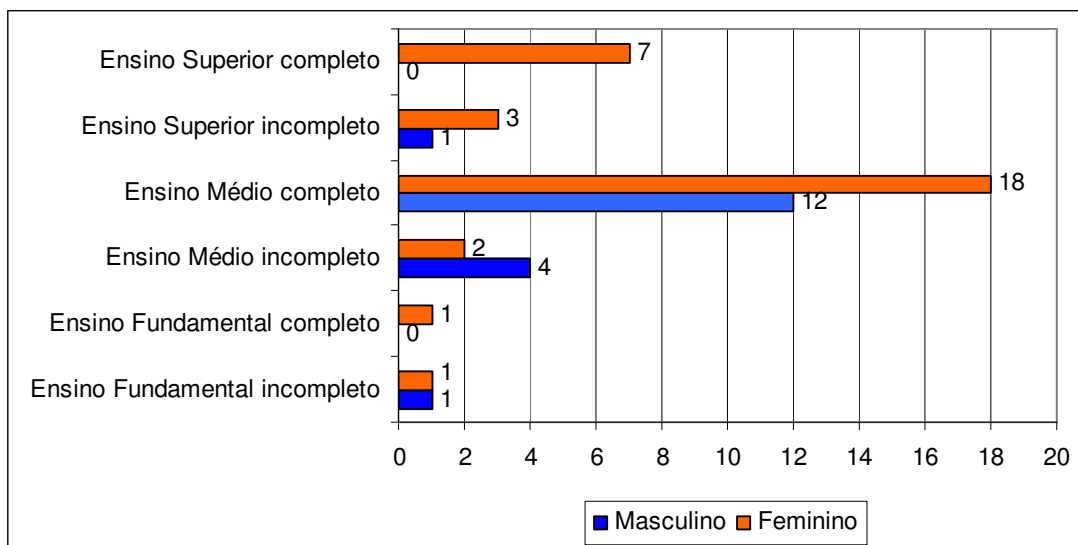


Gráfico 2 - Distribuição por sexo e escolaridade dos lojistas integrantes da amostra

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Os dados também evidenciam que no Shopping Popular não existe um vínculo entre a baixa escolaridade e a participação no setor informal. O percentual significativo de lojistas que possuem ensino médio e curso superior confirma essa afirmação.

A Tabela 6, a seguir, indica que, do total de lojistas entrevistados, 32% é de nascidos em outros municípios do Norte de Minas, migrantes que vieram a Montes Claros em busca de melhores condições de vida, o que reforça a hipótese de Montes Claros ser um centro polarizador da região.

Tabela 6 - Naturalidade dos lojistas integrantes da amostra

		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Buenópolis - MG	1	2,0	2,0	2,0
	Campo Azul - MG	1	2,0	2,0	4,0
	Caraibunas - BA	1	2,0	2,0	6,0
	Coração de Jesus - MG	2	4,0	4,0	10,0
	Francisco Sá - MG	2	4,0	4,0	14,0
	Grão Mogol - MG	1	2,0	2,0	16,0
	Guarulhos - SP	1	2,0	2,0	18,0
	Janaúba - MG	1	2,0	2,0	20,0
	Juramento - MG	1	2,0	2,0	22,0
	Monte Azul - MG	2	4,0	4,0	26,0
	Montes Claros - MG	28	56,0	56,0	82,0
	Salinas – MG	1	2,0	2,0	84,0
	São João da Lagoa - MG	1	2,0	2,0	86,0
	São João da Ponte - MG	2	4,0	4,0	90,0
	São João do Paraíso - MG	2	4,0	4,0	94,0
	São Paulo - SP	3	6,0	6,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

É importante destacar que, dentre os lojistas que são naturais da cidade de Montes Claros, uma parcela significativa é de pessoas oriundas da zona rural, mais especificamente de Distritos de Montes Claros como: Vila Nova de Minas, Santa Rosa de Lima, São Pedro das Garças e Miralta. São poucos os lojistas que vieram de outros Estados: apenas 10%, destacando-se os Estados da Bahia e de São Paulo.

Parcela expressiva dos lojistas entrevistados (86%) não contribui para plano de previdência oficial, alegando que não sobra dinheiro para esse fim. Pamplona (2004) argumenta que a ilegalidade é uma conseqüência e não uma causa da economia informal, pois, para esse autor, a relação formal/informal não deve ser analisada somente do ponto de vista legal/ilegal, é muito mais uma relação econômica e social (estrutural). E, concluindo essa discussão, ele afirma que:

As unidades informais não são necessariamente criadas para não pagar impostos ou para não recolher a contribuição previdenciária. Elas são unidades que podem ter real dificuldade para cumprir as normas, já que seu excedente não seria suficiente para isso sem ameaçar a sua própria sobrevivência (PAMPLONA, 2004, p. 310).

Martins e Dombrowski (2000, p. 42), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, comentam também que

A não contribuição para a previdência social é uma característica marcante dos trabalhadores informais e além de constituir um problema atual para a previdência social, a não contribuição representa uma verdadeira bomba relógio, já que o número de pessoas ocupadas nas atividades informais tem aumentado continuamente.

Como demonstra o Gráfico 3, o rendimento médio mensal dos lojistas entrevistados no Shopping Popular ficou assim distribuído: 10% declararam ter a renda média pessoal de R\$ 360,00, 56% declararam ter a renda média pessoal variando de R\$ 360,00 a R\$ 1.080,00, 30% entre R\$1.080,00 a R\$ 3.600,00 e somente 1% declarou ter uma renda superior a R\$ 3.600,00.

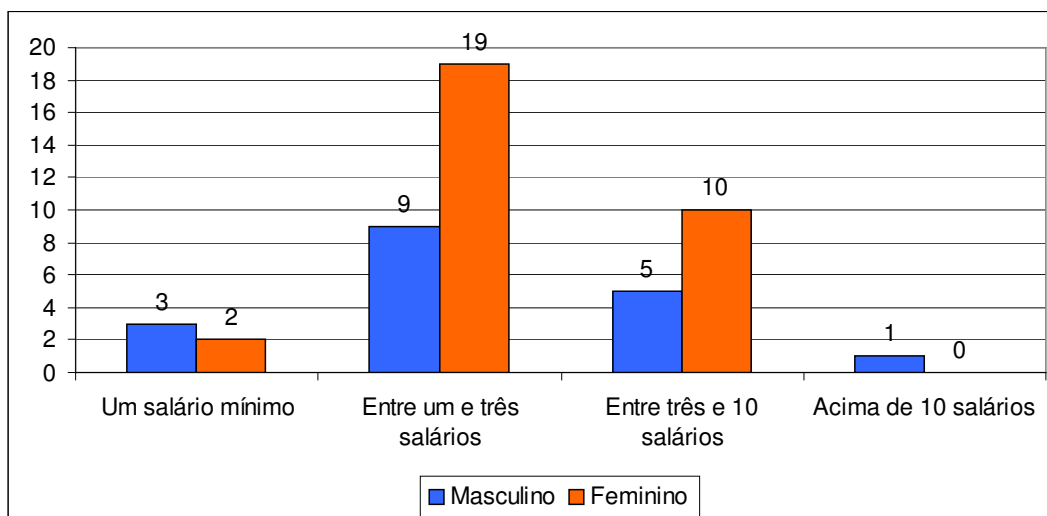


Gráfico 3 - Renda segundo sexo dos lojistas integrantes da amostra

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Através de observações *in loco*, notou-se que alguns dos lojistas entrevistados omitiram a respeito da renda, sempre se posicionando num patamar inferior à realidade. Algumas evidências mostram incoerência entre o padrão de vida de alguns lojistas e a renda alegada de R\$ 360,00 mensais. Essas evidências estão, por exemplo, na qualidade das residências onde moram, no tipo de automóvel que possuem e na quantidade de empregados que os auxiliam.

Cabe destacar ainda que 50% dos entrevistados disseram que a sua renda média mensal aumentou depois de instalados no Shopping Popular.

4.5.2 Atividades comerciais praticadas

Os resultados obtidos nas entrevistas mostram que todas as lojas pesquisadas não possuem constituição jurídica e que 82% desses lojistas não são filiados a sindicato, órgão de classe ou associações. Dessa forma, percebe-se que, dentre os respondentes, existe uma fraca presença de vínculos associativos, apenas uma minoria dos entrevistados participa de algum tipo de associação.

Tabela 7 - Lojistas integrantes da amostra que são filiados a algum órgão de classe ou sindicato

		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	9	18,0	18,0	18,0
	Não	41	82,0	82,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Mas, embora numericamente pequena, é importante destacar que a presença de entrevistados que declararam participar de sindicatos ou associações mostra que a organização desses trabalhadores, além de necessária, é possível.

Em relação à futura formalização do negócio, 64% dos entrevistados indicaram ter a intenção de formalizar o negócio e, quanto a esse aspecto, alguns motivos foram apontados pelos lojistas, a saber:

- 1º) O fato de alguns fornecedores exigirem a documentação;
- 2º) A questão da segurança, da tranquilidade, pois assim não terão problemas com a polícia federal e com nenhum outro tipo de fiscalização;
- 3º) Dessa maneira fica mais fácil conseguir empréstimos.

Tabela 8 - Lojistas integrantes da amostra que têm intenção de formalizar o negócio

		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	32	64,0	65,3 ¹⁸	65,3
	Não	17	34,0	34,7	100,0
	Total	49	98,0	100,0	
Perdidos	Sistema	1	2,0		
Total		50	100,0		

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Quanto aos outros 34% que não têm intenção de formalizar o negócio, as respostas negativas se embasaram nos seguintes aspectos:

- 1º) Os impostos e as taxas são caros e isso inviabiliza o negócio;
- 2º) Não compensaria, pois o movimento do Shopping Popular é muito pequeno, o espaço é reduzido e os seus fornecedores não vendem para pessoa jurídica.

Este estudo de caso avaliou também o acesso ao crédito pelos lojistas. Verificou-se que 50% deles já fizeram empréstimos bancários para financiar o negócio. Importante salientar que esse empréstimo bancário geralmente é feito em nome da pessoa física, isso porque os lojistas não têm a pessoa jurídica formalizada.

¹⁸ Essa pequena variação do percentual válido ocorreu porque um integrante da amostra se recusou a responder a pergunta.

Tabela 9 - Lojistas integrantes da amostra que já fizeram empréstimos bancários para financiar o negócio

		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	25	50,0	50,0	50,0
	Não	25	50,0	50,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Os outros 50% dos respondentes que indicaram não ter feito empréstimos bancários alegaram alguns motivos que dificultaram esse procedimento, a saber: não houve necessidade; houve ajuda de familiares; já tentou e há muita burocracia; considera o juro muito elevado; já tinha algumas economias e o negócio é muito pequeno. Vale destacar que, desses motivos, o mais citado foi realmente não ter havido a necessidade. Sobre empréstimos bancários efetuados pelos lojistas, os dados apresentados reforçam a idéia exposta por Santos (1979, p. 234) de que

A falta ou insuficiência de capital para os investimentos nas atividades do circuito inferior nem sempre é sinônimo de pobreza ou de insolvência do agente. Os que conseguem acumular nas atividades comerciais freqüentemente não reinvestem seus lucros no comércio, mas em outras atividades como casas, carros, etc.

O comércio praticado no Shopping Popular não oferece crédito aberto a todos os seus clientes, o que lá existe é um crédito pessoal, entre amigos, conhecidos e vizinhos. Isso significa que, para comprar alguma mercadoria “fiado” no Shopping Popular, o comprador tem que ser amigo, parente, vizinho do lojista; se o consumidor não se enquadra em nenhuma dessas categorias, só consegue efetuar suas compras à vista.

Foi possível verificar neste estudo que os lojistas entrevistados se instalaram no Shopping Popular não necessariamente porque estavam desempregados (embora 18,3% tenham dito que a falta de emprego no mercado formal os levou a trabalhar no Shopping Popular), mas sim porque tinham experiência na área e interesse pelo ramo. Esse dado vai contra algumas pesquisas importantes sobre a informalidade,

dentre elas a ECINF (IBGE, 2003), na qual o principal fator motivador apontado para buscar a informalidade foi o desemprego.

A Tabela 10, a seguir, complementa essas informações, quando se verifica que 72% dos entrevistados estão no Shopping Popular desde a inauguração e partindo do pressuposto que, para isso, era necessário estar cadastrado na associação dos camelôs e ambulantes de Montes Claros, justificando a predominância do interesse pelo ramo e experiência na área.

Tabela 10 - Lojistas integrantes da amostra que estão instalados no Shopping Popular desde a inauguração

		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	36	72,0	72,0	72,0
	Não	14	28,0	28,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Nas entrevistas e observações realizadas, não se confirmaram algumas afirmações da comunidade em geral. Por exemplo, quando dizem que grandes comerciantes da cidade estão comprando lojas no Shopping Popular.

O Gráfico 4 aponta que 46% dos lojistas entrevistados trabalham sozinhos, 36% trabalham com ajuda de familiares e 18% têm empregados em suas lojas. Na maioria dos casos, os trabalhadores familiares são filhos ou cônjuges, e não têm remuneração mensal definida.

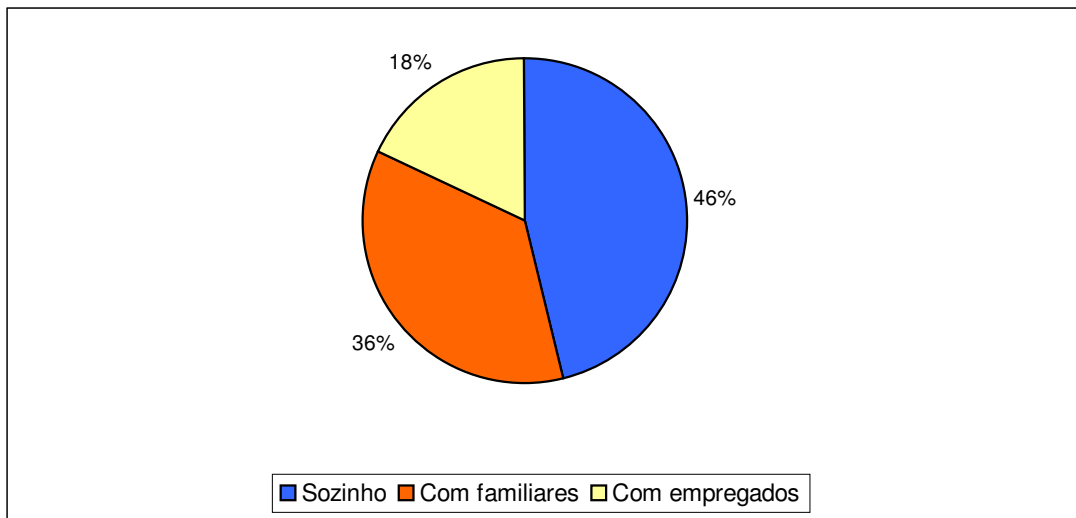


Gráfico 4 - Lojistas integrantes da amostra que trabalham sozinhos ou com empregados
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Santos (1979, p. 219), analisando os dois circuitos da economia urbana, relata que “[...] o emprego familiar é freqüente nas pequenas empresas do circuito inferior e que, na maioria das vezes, o proprietário é sozinho e assume, ao mesmo tempo, a direção, o capital e o trabalho.” O que não se verifica no Circuito Superior, pois neste existem trabalhadores assalariados, incluindo os assessores diretos do proprietário.

Analisando a Tabela 11, seguinte, verifica-se que os entrevistados têm dificuldade em responder como calculam o preço de venda dos seus produtos, as respostas foram muito superficiais, todos os lojistas confirmam que acrescentam um valor sobre o produto, mas não informaram que percentual utilizam, outros dizem que consideram os preços praticados pelos outros lojistas para fixar os seus.

Tabela 11 - Como os lojistas integrantes da amostra fazem para fixar o preço de venda

Metodologia para definição do preço de venda das mercadorias		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	A partir da concorrência, preço tabelado	11	22,0	22,0	22,0
	Acrescenta valor sobre a compra	26	52,0	52,0	74,0
	Acrescenta valor sobre a compra, adicionando despesas próprias e com o produto.	13	26,0	26,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Uma das hipóteses que pode ser levantada sobre esse assunto é a questão comentada pelos consumidores em geral que freqüentam o local, os preços dos produtos no Shopping Popular são tabelados, as variações de preços são pequenas e às vezes quase inexistentes de uma loja para outra. Uma freqüentadora do Shopping Popular espontaneamente disse que, “[...] encontramos aqui, mercadorias de boa qualidade, porém, com preços não muito populares. Percebi um índice muitíssimo alto na coincidência de preços, o que me fez pensar num acordo entre os lojistas.”

Em relação à determinação dos preços dos produtos, observa-se uma característica do Circuito Superior da economia, no qual, segundo Santos (1979): os preços são fixos e planejados, mas nunca abaixo do preço do mercado, não prevalecendo nesse caso a negociação com os próprios clientes, o que seria uma característica do Circuito Inferior.

Dos lojistas pesquisados, 78% trabalham com produtos industrializados e 12% com produtos artesanais (com destaque para as bijuterias), conforme mostra a Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 - Tipos de produtos comercializados pelos lojistas integrantes da amostra

Tipos de produtos comercializados		Respostas	
		Nº	%
Tipos de produto	Artesanal	6	78%
	Industrializado	39	12%
	Doces e Lanches	2	4%
	Serviços	3	3,8%
Total		50	100,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Grande parte dos produtos industrializados que são comercializados no Shopping Popular, principalmente os eletrônicos são provenientes em grande parte do Paraguai. Muitos ônibus com grande número de lojistas saem de Montes Claros em direção a esse país, com a finalidade de comprar essas mercadorias. E essas mercadorias são compradas e entram no território brasileiro, porém com fraude à tributação, pois não é recolhido nenhum imposto.

A Tabela 13, seguinte, complementa esses dados e mostra as principais dificuldades apontadas pelos lojistas de acordo com o tipo de mercadoria comercializada. Dentre os produtos industrializados, a principal dificuldade enfrentada está relacionada com o problema da fiscalização, já a dificuldade apontada referente aos produtos artesanais direciona-se à falta de clientes e à falta de capital próprio para movimentar o negócio.

Tabela 13 - Principais dificuldades enfrentadas pelos lojistas entrevistados de acordo com o tipo de mercadoria

Principais dificuldades enfrentadas Na comercialização dos produtos	Tipo de mercadoria						Total
	Industrializado		Artesanal		Serviços		
	N	%	N	%	N	%	
Falta de clientes	6	15,38	2	33,33	0	0,00	8
Falta de crédito	2	5,13	0	0,00	2	40,00	4
Baixo lucro	4	10,26	0	0,00	1	20,00	5
Problemas com fiscalização	17	43,56	0	0,00	0	0,00	17
Falta de instalações adequadas	4	10,26	1	16,67	1	20,00	6
Falta de capital próprio	5	12,82	2	33,33	1	20,00	8
Não há dificuldades	1	2,56	1	16,67	0	0,00	2
Total	39	100%	8	100%	3	100%	50

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Conforme se observa, os produtos industrializados são os escolhidos para comercialização. Entre eles, predominam os CDs/DVDs, brinquedos eletrônicos, óculos, dentre outros e uma grande quantidade de lojas de vestuário, roupas em geral e bonés. Tudo indica que esses produtos industrializados em sua grande maioria são contrabandeados o que possibilita ao lojista uma maior lucratividade.

A maior parte dos lojistas (74%) faz os registros contábeis de seu estabelecimento sem auxílio de um contador e 22% não fazem nenhum tipo de registro contábil, apenas uma pequena parcela dos lojistas, 4%, têm contador que faz o controle contábil, conforme demonstra o Gráfico 5, a seguir.

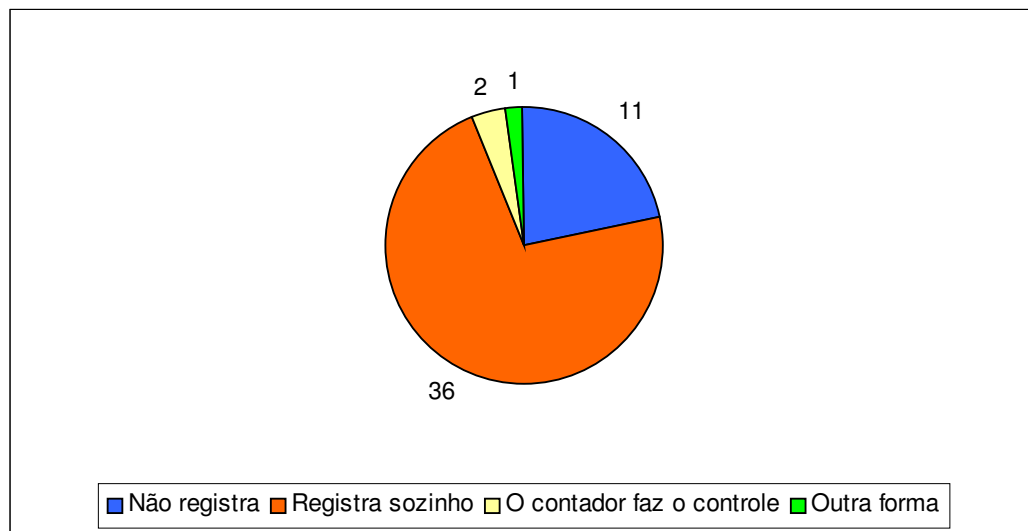


Gráfico 5 - Como os lojistas integrantes da amostra fazem o controle de vendas e estoque
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Santos (1979), fazendo uma análise sobre o Circuito Inferior da economia, demonstra que o controle dos custos e dos lucros é raro e a contabilidade praticamente ausente.

Dos lojistas pesquisados, 70% indicaram realizar suas vendas à vista e 30% o fazem à vista e a prazo. É importante salientar que as vendas a prazo são limitadas a conhecidos ou familiares do dono da loja, assim apenas alguns consumidores conseguem comprar a prazo no Shopping Popular.

Alguns lojistas informaram que realizam suas vendas à vista porque a forma mais freqüente de pagamento dos seus produtos para revenda é também à vista, situação comum a quase todos os lojistas, principalmente dentre aqueles cujos produtos são procedentes do Paraguai e do Estado de São Paulo. Santos (1979, p. 232), quando analisa os mecanismos financeiros dos dois Circuitos da economia urbana, afirma que,

Enquanto no circuito superior as trocas são feitas cada vez mais baseadas em papéis, à medida que se vai para o circuito inferior da economia as operações são feitas com dinheiro líquido. Resulta disso uma dupla tendência: O circuito inferior tem uma verdadeira fome de dinheiro líquido. Não há uma contradição entre isso e o fato de a economia urbana pobre só

poder funcionar por intermédio do crédito. Assim, a insuficiência de capital exige que se recorra ao crédito para entrar ou permanecer numa atividade de comércio ou de fabricação; mas para manter o crédito é indispensável arranjar dinheiro líquido para efetuar o pagamento de pelo menos uma parte das dívidas contraídas. O dinheiro líquido funciona como primeiro pagamento para obter o crédito e depois como prestação para conservá-lo.

A Tabela 14, abaixo, aponta que 50% dos lojistas entrevistados indicam manter estoques de mercadorias e os outros 50% disseram não possuir estoques de mercadorias. Dentre os que mantêm estoque, a duração média desses, na maior parte dos casos, não ultrapassa um mês.

Tabela 14 - Lojistas integrantes da amostra que mantêm estoque de mercadorias

Mantém estoque de mercadorias?		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	25	50,0	50,0	50,0
	Não	25	50,0	50,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Alguns motivos foram apontados pelos lojistas para justificar a falta de estoque e até mesmo um estoque pequeno: a falta de espaço e de capital de giro foram os mais citados.

Como planos para o futuro, 72% dos lojistas pretendem aumentar o empreendimento e somente 4% pretendem abandonar a atividade. Para eles, aumentar o negócio não seria necessariamente no Shopping Popular, porque o espaço reduzido das lojas torna-se um fator limitante.

Tabela 15 - Lojistas integrantes da amostra quanto a perspectivas para o futuro

Perspectivas para o futuro		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Aumentar o negócio	36	72,0	72,0	72,0
	Mudar de atividade	7	14,0	14,0	86,0
	Abandonar a atividade	2	4,0	4,0	90,0
	Continuar o negócio no mesmo nível	5	10,0	10,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

Como se verifica na Tabela 16, 74% dos lojistas consideram os custos fixos de seus empreendimentos elevados, quando comparados com o lucro. É importante destacar que, nesta pesquisa, foram considerados como custos fixos o aluguel e a taxa de condomínio.

Tabela 16 - Considera os custos fixos (aluguel, taxas de condomínio) elevados?

Considera os custos fixos elevados?		N	%	% válido	% acumulado
Válidos	Sim	37	74,0	74,0	74,0
	Não	13	26,0	26,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa realizada junto aos lojistas do Shopping Popular de Montes Claros no mês de dezembro de 2006.

A partir dos dados apresentados e discutido, podem-se estabelecer as seguintes considerações sobre os lojistas entrevistados do Shopping Popular e as atividades comerciais lá praticadas:

- dentre os lojistas entrevistados há um predomínio de mulheres (64%);
- quanto à escolaridade, 82% dos entrevistados têm o ensino médio e superior, contrariando estatísticas oficiais acerca do nível de escolaridade das pessoas envolvidas em atividades informais;

- dentre os produtos comercializados no Shopping Popular predominam os produtos industrializados (78%);
- as principais dificuldades enfrentadas no negócio diferenciam-se de acordo com a mercadoria comercializada: dentre os produtos industrializados, a principal dificuldade é com a fiscalização; já quanto os produtos artesanais, a principal dificuldade é com a falta de clientes e a falta de espaço adequado;
- baixo vínculo associativo, apenas uma minoria dos entrevistados participam de algum tipo de associação, o que contraria o regimento inicial de funcionamento do Shopping Popular;
- para grande parte dos entrevistados, a forma de determinação do preço das mercadorias está relacionada ao preço praticado pelos outros comerciantes do local;
- 56% dos entrevistados declararam uma renda média mensal líquida entre um e três salários mínimos e 30% entre três e dez salários mínimos condizente com a média salarial nacional das pessoas ocupadas no comércio¹⁹;
- todos os entrevistados disseram que nunca receberam nenhuma espécie de ajuda governamental;
- a grande maioria dos lojistas entrevistados é composta por revendedores (compram seus produtos para revender), apenas dois entrevistados indicaram produzir parte dos produtos que vendem.

Enfim, o estudo das informações produzidas por esta pesquisa permitiu conhecer o perfil dos lojistas, caracterizar a atividade do comércio no Shopping Popular e verificar quais são as perspectivas futuras vislumbradas por esses comerciantes.

Sugerem-se futuras extensões do presente trabalho, com implementação de pesquisas empíricas com o objetivo de acompanhar novas contextualizações.

¹⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propiciou melhor entendimento sobre a dinâmica complexa do funcionamento e organização das atividades comerciais praticadas no Shopping Popular à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Especificamente discutiram-se neste trabalho alguns aspectos teóricos relevantes:

- o Circuito Superior e o Circuito Inferior da economia em países subdesenvolvidos;
- algumas considerações teóricas sobre o setor informal no Brasil;
- a centralização e a descentralização das atividades comerciais em Montes Claros.

Verificaram-se, na análise do Shopping Popular, características dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos, tanto do Superior, quanto do Inferior. Isso mais uma vez confirma que ambos os circuitos são dimensões de um mesmo processo histórico.

O comércio praticado no Shopping Popular tem algumas características do comércio no Circuito Inferior. O negócio é viabilizado com pouca disponibilidade de capital, ou seja, é possível montar um negócio disponibilizando pouco capital. Os lojistas empregam poucas pessoas, em razão do empreendimento ser pequeno, mas como a quantidade de lojistas é grande, no conjunto gera-se um número de empregos relevante.

O estudo demonstrou que, em alguns aspectos como: quantidade de mercadorias, lucros, publicidade, custos fixos, as características do Shopping Popular são as mesmas do Circuito Inferior.

Outras características observadas no Shopping Popular coincidem com as atribuídas ao Circuito Superior. A principal peculiaridade é a predominância de produtos industrializados. Além disso, características como a quase inexistência de negociação dos preços das mercadorias e a estrutura arquitetônica do prédio direcionam-se mais para o Circuito Superior. E, quanto à ajuda governamental,

apesar de os lojistas afirmarem que nunca receberam nenhum tipo de subsídio, a própria instalação do Shopping Popular já representa um tipo de auxílio significativo.

Dessa forma, foi possível perceber que, apesar de haver teoricamente uma verdadeira oposição entre as características das variáveis em cada um dos dois circuitos, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho, o Shopping Popular ora apresenta característica do Circuito Superior, ora apresenta característica do Circuito Inferior.

Baseando-se nessas discussões, pode-se dizer que ele se enquadraria dentro do Circuito Superior Marginal, o qual, segundo Santos (1979), reúne características próprias dos Circuitos Superior e Inferior. A princípio esse autor afirma que as atividades do comércio não poderiam ser enquadradas nesse circuito, pois estas seguem obrigações rígidas. Pondera-se, contudo, que na época em que o autor elaborou a teoria ainda não existiam organizações tão complexas como o Shopping Popular, espaço onde se comercializam produtos industrializados originais, produtos industrializados similares, produtos industrializados pirateados, todos dependentes das tecnologias e das formas de organização que derivam do Circuito Superior e ao mesmo tempo apresentam características do Circuito Inferior, como a informalidade da economia e do trabalho.

Quando se analisam as características dos setores formal e informal da economia, verifica-se que quase todas as características do setor informal listadas neste estudo, como: facilidade de entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade do empreendimento individual ou familiar, operações em pequena escala, dentre outras são também encontradas no Shopping Popular.

Grande parte dos lojistas tem a intenção de formalizar o negócio, regulamentar a atividade, nem que para isso tenha que mudar o tipo de produto a ser comercializado.

O Shopping Popular de Montes Claros proporcionou condições dignas de trabalho, aos camelôs - agora lojistas - que antes trabalhavam nas ruas. Além disso, cerca de um terço dos entrevistados, que se instalaram no Shopping nos anos posteriores à

inauguração, venderam algum bem para comprar uma loja nesse empreendimento e trabalhar dignamente.

Os problemas advindos das intempéries, que expunham a riscos de perdas os produtos comercializados pelos camelôs, foram solucionados, dada a estrutura física que este apresenta. Também, os transtornos gerados pela necessidade diária de transporte, exposição e guarda dos produtos foram resolvidos.

Pode-se afirmar que o Shopping Popular contribuiu para o esforço de resgate da cidadania de muitos trabalhadores camelôs e ambulantes da cidade, ao propiciar condições dignas de trabalho e aumento da renda média deles, cumprindo com a sua finalidade que é congregar num mesmo local o maior número possível de comerciantes ambulantes/camelôs, de forma organizada.

Por outro lado, constata-se que a questão das atividades praticadas no Shopping Popular incomoda os comerciantes estabelecidos formalmente na área central. Argumentam estes que existe uma concorrência desleal, na medida em que eles pagam impostos e os lojistas do Shopping Popular comercializando, em alguns casos, o mesmo tipo de produto, não o fazem.

No tocante à questão da centralização e descentralização das atividades comerciais em Montes Claros, verifica-se que houve uma intervenção no espaço urbano da cidade pelo poder público municipal, inclusive com o propósito de otimizar o uso da área central. A importância social desse projeto urbano “Shopping Popular” na área central da cidade associa-se à própria valorização dos camelôs e dos consumidores enquanto cidadãos.

Percebe-se que em Montes Claros não há uma tendência imediata de enfraquecimento do centro principal. As novas centralidades existem e são dinâmicas, mas o centro ainda expressa sua força, seja através das atividades comerciais, seja através do setor terciário. O Shopping Popular teve esse efeito de reforçar a centralidade do centro principal de Montes Claros, contribuindo para a organização espacial dessa área dinâmica do comércio, tornando-se assim um espaço planejado para o comércio informal.

Sobre esse assunto Silva e Spósito (2003, p. 218) indicam que, nas cidades médias:

Há um movimento dialético, pois, ao mesmo tempo em que são criadas condições que propiciam o surgimento de novas áreas centrais e conseqüentemente, de novas expressões de centralidade, criam-se, também, elementos que reforçam a centralidade do centro principal.

O Shopping Popular está completando quatro anos de funcionamento neste ano de 2007. Ouvir os anseios, as inquietações, os problemas vivenciados por esses lojistas nesse período indicará com exatidão o que deu certo e o que precisa ser revisto, pois esse espaço comercial, mesmo no âmbito da economia informal, pode ser tanto um espaço de sobrevivência quanto um espaço de ascensão social para os camelôs/ambulantes lá instalados.

Sugere-se que as autoridades competentes definam novas formas de incentivo, como convênios como a Câmara de Diretores Lojistas, novas formas de divulgação e publicidade, novas legislações, principalmente as referentes ao sistema tributário, para que a formalização dessas atividades aconteça sem desestruturar economicamente esses lojistas. Pois, aumentar os empregos formais e oferecer políticas públicas para incluir os informais é o grande desafio social e econômico para o século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Girelno. *Jornal Hoje em Dia*. Belo Horizonte, p. 19, 29 de março de 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- AZEREDO, Beatriz. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, Coleção Teses e Pesquisas, v. 1, 1998.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes; CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel Nathan. Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil. *Texto para Discussão*, Brasília/DF, IPEA, n. 784, 2001.
- BERTOLUCCI, Fábio Luiz. *Da “cocada ao tênis nike”*: Um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia/MG. Uberlândia, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2005.
- BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da área mineira da SUDENE [manuscrito]: um estudo de caso/João Pessoa*. [s.n.]. 1985. 134 f.
- BRASIL. Lei 8.900, de 30 de junho de 1994. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2006.
- BRITO, Gy Reis Gomes de. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e pelados na construção do progresso na cidade de Montes Claros (1917-1926)*. Montes Claros, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2002.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Brasil Subterrâneo. *Revista Veja*, São Paulo, p. 101, 12 jul. 1989.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI Fábio. (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARDOSO, Antônio Dimas. *Movimento sindical; políticas públicas e suas interações com o trabalho informal*. Brasília/DF, 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. *Tomando alhos por bugalhos: o decantado desenvolvimento do norte de Minas*. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, I Fórum sobre Desenvolvimento Social, 2004 (mimeo).

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIGUEIREDO, Mariana. *Jornal Gazeta Norte Mineira*. Montes Claros, p. 10, 29 de março de 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 28 de fevereiro de 1999.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para elaboração de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1988.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. *A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2000.

GONÇALVES, Marcelino Andrade; JÚNIOR, A. Thomaz. A informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à geografia do trabalho. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Scripta Nova, Universidade de Barcelona, v. VI, n. 119 (31), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <<http://www.ub.es?geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em: 19 jul 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2005.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos - Economia Informal Urbana, 1997. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/1997>. Acesso em: 29 set. 2005.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos - Economia Informal Urbana, 2003. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003>. Acesso em: 29 set. 2005.

_____. População estimada de Montes Claros, 01 jul. 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em jul. 2005.

_____. *Síntese de indicadores sociais*. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 06 jan. 2007.

_____. Número de empregos gerados (perdidos) nas regiões metropolitanas – 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas de desenvolvimento humano. 2002. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2006.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS Renato; DOMBROWSKI Osmir (orgs.). A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS Renato; SINGER, Paul; POCHMANN Márcio. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: Col. Brasil Urgente, Fundação Perseu Abramo; 2000.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Latino-Americanos, 1977.

LANCELOTI, Júlio. Entrevista a Fábio Brandt. *Instituto Polis*, São Paulo, 11 abr. 2006.

LESSA, Simone N. *Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/IFCH/Unicamp, 1993.

LIMA, Beatriz M. F. de. *Criptoeconomia ou economia subterrânea: uma investigação preliminar no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985, 127 p.

MALAGUTI, L. M. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Algumas características do trabalho informal. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS Renato; SINGER Paul, POCHMANN Márcio. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: Col. Brasil Urgente, Fundação Perseu Abramo, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATOS, Gisele Alves de, et al. *Evolução histórica e espacial da atividade comercial em Montes Claros*. Montes Claros/MG, 1996. Monografia, UNIMONTES, 1996.

MENDONÇA, Ricardo. Lula falou demais? *Revista Época*, São Paulo, Editora Globo São Paulo, edição 433, 4 set. 2006.

MONTES CLAROS. Disponível em <www.montesclaros.com>. Acesso em jan. 2007.

MONTESSORO, C. C. L da. *Economia informal e centralidade urbana: a difusão dos novos espaços de consumo na área central de Anápolis-GO*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2004.

PAMPLONA, J. B. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: COMIN, Álvaro A.; SOMEKH, Nádía. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda., 1979.

PEREIRA, Anete Marília. A propósito das cidades médias: considerações sobre Montes Claros-MG. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2005 – Presidente Prudente. Anais...* Presidente Prudente: UNESP - Universidade Estadual de São Paulo. 2005. CD-ROM.

_____. A urbanização do sertão norte-mineiro: algumas reflexões. *In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares. *Problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de Montes Claros: a percepção da população*. Montes Claros: Unimontes, 2002. Relatório técnico de pesquisa.

PEREIRA, Anete Marília; LEITE, M. E. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. *In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

_____. Expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: Notas para reflexão. *In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA - Região e lugares: novos tempos, outros desafios, 5, 2005, Montes Claros. Anais...* Montes Claros: Departamento de Geociências, 2005a, CD-ROM.

_____. Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005b.

PETRILLO, Rodrigo. Tributos inibem formalização. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, Caderno Economia, p.13, 20 maio 2005.

PINTO, Maria Célia. Mercado informal ocupa 1,3 mi em Minas. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, Caderno Economia, p.13, 20 maio 2005.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo. *In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS Renato; SINGER, Paul; POUCHMANN Márcio. Mapa do trabalho informal*. São Paulo: Col. Brasil Urgente, Fundação Perseu Abramo, 2000.

POLÉSE, Mário. *Economia urbana y regional: introducción a la relación entre territorio y desarrollo*. Cartago: LUR/BUAP/GIM, 1998.

PORTO, Lucilene. *Jornal de Notícias*. Montes Claros, p. 17, 29 de março de 2006.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Disponível em <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

_____. Lei n. 3076, de 27 dezembro 2002. Autoriza concessão de uso de lojas do Shopping Popular. Disponível em: <www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2003.

_____. Lei n. 3.188 de 11 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a permissão para uso de lojas no Shopping Popular “Mário Ribeiro da Silveira” e Boxes no Calçadão “Vereador Conrado Pereira”. Disponível em: <www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2004.

_____. Lei n. 3639 de 25 de agosto de 2006. Dispõe sobre o funcionamento, administração e gerenciamento de Shopping Popular e dá outras providências. Disponível em: <www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 28 out 2006.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. *Trabalho precarizado: a camelotagem em Presidente Prudente*. Pesquisa desenvolvida na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente e Financiada pela FAPESP, 2005.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Coleção Ciências Sociais, 1979.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. *O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFF/RJ/-IETS, 2001.

SILVA, Willian Ribeiro da; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Padrões socioeconômicos e centralidade urbana: Catuai Shopping Center e zona norte de Londrina. *Revista Formação, Desenvolvimento Econômico, Presidente Prudente*, n. 10, v. 2, 2003.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS Renato; SINGER, Paul; POCHMANN Márcio. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: Col. Brasil Urgente, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, Unesp, n. 10, 1991.

THEODORO, Mário. As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. *Texto para discussão*, Brasília/DF, IPEA, n. 762, 2000.

_____. O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal. *Texto para Discussão*, Brasília/DF, IPEA, n. 919, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Helena Comin. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.